



**ATA DA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOGADOURO**

3ª

Aos vinte e sete dias do mês de abril do ano dois mil e vinte e dois, reuniu a Assembleia Municipal de Mogadouro, pelas nove horas e trinta minutos, no Auditório da Casa da Cultura, sob a presidência de Vítor Manuel Parreira Batista, Presidente da Mesa, de

Ilídio Granjo Vaz, Primeiro Secretário e de Sandra Cristina Mendo Moura, Segunda Secretária. -----

Para se verificar da existência de quórum, procedeu-se à chamada, estando presentes quarenta membros dos quarenta e três que constituem este órgão:

-----Vítor Manuel Parreira Batista, Jorge José Martins Dias, Sandra Cristina Mendo Moura, Manuel Luís Varandas, Anabela Mendes Pereira, Ilídio Granjo Vaz, Paulo Daniel Lopes Carvalho, Manuel José Cruz Duarte Lobo, Rui Manuel Felgueiras Mesquita, Paulo Ricardo Malta Coelho, Eliana Isabel Pereira Magalhães, Miguel Bruno Martins Delgado, Filipe Manuel Ribeiro Pires, Ana Cristina Nunes da Silva Barroco, Amélia Maria Pereira Miguel Machado, Luís José Pinto Lopes, Rute Solange Quitério Rainha Pacheco, José Pedro Ovelheiro Amaro, Luís Filipe Marcos Castro, António Amálio Oliveira, António Luís Bernardo Martins, João Manuel Afonso Geraldês, José Francisco Marcos Carrasco, Silvina Nogueira Nunes Pereira, Carla Alexandra Reis Lousão, Daniel Barros Lagareiro em substituição do Senhor Carlos Alberto Telo Figueira, Presidente da Junta de Freguesia de Meirinhos, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 18 do anexo à Lei 75/2013 de 12 de setembro, José António Freitas, Francisco José Telo Afonso, Fernando Augusto Marcos, Teresa Maria Lopes Pera em substituição do Senhor Luís Pedro Martins Lopes, Presidente da Junta de Freguesia de Peredo da Bemposta, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 18 do anexo à Lei 75/2013 de 12 de setembro, Conceição Fernanda Marcelo Meirinho, Francisco Xavier Martins em substituição do Senhor Rui Manuel Pimentel Fernandes, Presidente da Junta de Freguesia de Saldanha, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 18 do anexo à Lei 75/2013 de 12 de setembro, Agostinho Joaquim Fernandes, Maria José


Del

Ramos Fernandes, Ricardo André Ramos Marcos, Américo Rodrigues, Carlos Manuel Preto Alves, António Manuel Silva Frade, Amílcar André Machado, e Ricardo Necessidade Cunha Garcia. -----

-----Foi justificada a falta aos membros Orlanda da Conceição Xavier Fitas Esperança, Ana Cristina Preto Fernandes, Belmiro Joaquim Mendes Ferreira. -----

-----Verificada a existência de quórum, o Presidente da Mesa declarou aberta a sessão, tendo por base a seguinte Ordem do Dia: -----

-----**1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:** -----

-----**1.1- Ata da sessão ordinária do dia 28 de fevereiro de 2022 -**
Apreciação e deliberação. -----

-----**1.2 - Proposta de Votos de Louvor – Apreciação e deliberação.** ---

-----**1.3 - Proposta de Votos de Pesar – Apreciação e deliberação.** -----

-----**1.4 - Informação da correspondência recebida e expedida.** -----

-----**1.5 - Período de intervenção do público.** -----

-----**1.6 - Tratamento de assuntos gerais de interesse autárquico.** -----

-----**2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** -----

-----**2.1 - Apreciação da informação do Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade do município, bem como da situação financeira do mesmo - alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.** -----

-----**2.2 - Gabinete do Presidente - Proposta – Procedimento concursal para provimento do cargo de direção intermédia de 2º grau, chefe de divisão da DOTU – Divisão de Ordenamento do Território e Urbanismo - Análise e deliberação.** -----

-----**2.3 - Gabinete do Presidente - Proposta – Procedimento concursal para provimento do cargo de direção intermédia de 3º grau da UOF – Unidade Orgânica Financeira - Análise e deliberação.** -----

-----**2.4 – Divisão de Contratualização, Informática e Administrativa - Mapa de Pessoal – Alteração das Unidades Orgânicas e Integração do Pessoal não Docente das Escolas - Análise e deliberação.** -----

-----**2.5 - Divisão de Contratualização, Informática e Administrativa – Regulamentos - Análise e deliberação:** -----

-----**2.5.1 – Regulamento de Incentivo à Recuperação do Património Edificado Concelhio (RIRPEC),** -----

-----**2.5.2 – Regulamento Municipal de Habitação Social,** -----

-----**2.5.3 – Regulamento Interno para Atribuição de pré-reforma aos**

[Handwritten signature]
Feb

- trabalhadores do Município de Mogadouro, -----*
- 2.5.4 – Regulamento de Apoio ao Investimento e Criação de Emprego do Município de Mogadouro, -----*
- 2.5.5 - Regulamento da Escola Municipal de Atletismo de Mogadouro. -----*
- 2.6 – Unidade Orgânica Financeira (Unidade Orgânica Flexível de 3º Grau) – Apresentação dos documentos de Contas Relativos ao Ano Financeiro de 2021 – Relatório e Parecer do Revisor Oficial de Contas - Análise e deliberação. -----*
- 2.7 - Unidade Orgânica Financeira (Unidade Orgânica Flexível de 3º Grau) – 1ª Alteração modificativa ao orçamento da receita do ano 2022 - Análise e deliberação. -----*
- 2.8 - Unidade Orgânica Financeira (Unidade Orgânica Flexível de 3º Grau) – 1ª Alteração modificativa ao orçamento da despesa do ano 2022 - Análise e deliberação. -----*
- 2.9 - Unidade Orgânica Financeira (Unidade Orgânica Flexível de 3º Grau) – 1ª Alteração ao Plano de Investimentos do ano 2022- Análise e deliberação. -----*
- 2.10 - Minuta de Contrato Interadministrativo de delegação de competências da Câmara Municipal de Mogadouro nas Juntas de Freguesia / União de Freguesias do Município - Análise e deliberação. --*
- 2.11 - Divisão de Educação, Cultura, Ação Social e Turismo – Informação sobre a constituição do Conselho Municipal de Educação – Análise e deliberação. -----*
- 2.12 - Designação de 1 (um) membro da Assembleia Municipal para integrar a Comissão de Toponímia – Análise e deliberação. -----*
- 2.13 - Designação de 1 (um) Presidente de Junta para integrar o Conselho Cinegético e da Conservação da Fauna Municipal – Análise e deliberação. -----*
- 2.14 – Designação de 1 (um) membro da Assembleia Municipal para a Comissão Consultiva de acompanhamento do processo da revisão do PDM de Mogadouro bem como a respetiva delegação ou subdelegação dos poderes adequados para os efeitos de vinculação da Assembleia Municipal - Análise e deliberação. -----*

Handwritten signature and initials

-----2.15 – *Relatório nº 5/2022 – Audit 2ª s – Auditoria ao Financiamento pelos Municípios de Corpos e Associações de Bombeiros – Relatório Global – Para conhecimento.* -----

-----2.16 – *Relatório de Observância do Direito de Oposição – Para conhecimento.* -----

-----2.17 - *Mapa de apoio à criação de emprego – Para conhecimento.* --

-----2.18 - *Mapa de cedência das máquinas no concelho – Para conhecimento.* -----

-----2.19 - *Compromissos plurianuais – autorização prévia no âmbito da lei dos compromissos – Para conhecimento.* -----

-----3 - *Outros Assuntos.* -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** declarou abertos os trabalhos e cumprimentou todos os presentes. Informou ainda que o Membro José Francisco Bento Sanches Branco pediu a suspensão do mandato tendo sido substituído por José Pedro Ovelheiro Amaro a quem desejamos as boas vindas. -----

-----1. PERIODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

-----1.1- *Ata da sessão ordinária do dia 28 de fevereiro de 2022 - Apreciação e deliberação.* -----

-----Depois de colocada a ata à apreciação do plenário e sem ter havido intervenções, o Presidente da Assembleia submeteu-a à votação. -----

-----A ata foi aprovada por unanimidade. -----

-----1.2 - *Proposta de Votos de Louvor – Apreciação e deliberação.* ---

► **ANTÓNIO MARTINS** apresentou um voto de louvor às equipas de Iniciados e Séniores de futsal do Clube Académico de Mogadouro, por se sagrarem campeões no campeonato distrital. -----

► **AMÉLIA MACHADO** fez a seguinte intervenção: “estamos aqui hoje reunidos para mais um ato de cidadania democrática legitimada pelo 25 de abril de 1974. -----

-----Portugal e os Portugueses renasceram há 48 anos para a liberdade, para a democracia, para os direitos e deveres. Há dois dias comemoramos o 25 de abril com a revolução dos cravos, que em 1974 depôs o regime de ditadura e estabeleceu o regime democrático que me permite como mulher, profissional de saúde e cidadã livre falar nesta sessão solene. -----

-----Minhas senhoras e meus senhores, há dois anos fomos postos à prova, no combate a uma pandemia que veio restringir a nossa liberdade e testar a nossa resiliência e capacidade de superação. A nossa missão, como

*António
Pimentel*

cidadãos continua exigente pelo momento difícil que ainda atravessamos à qual se juntou uma guerra de opressão de um país soberano. -----

-----Minhas senhoras e meus senhores, reunidos em sessão ordinária da Assembleia Municipal, perante todos os presentes, na sua divergência de opiniões e sensibilidades, o Grupo Parlamentar do PPD/PSD – Partido Social Democrata, propõe à digníssima Assembleia um voto de Reconhecimento e Louvor, ao Executivo da Câmara Municipal de Mogadouro, pela resposta rápida e eficaz que deu às solicitações do Alto Comissariado para as migrações, para ajuda aos deslocados de guerra da Ucrânia. -----

-----O Município disponibilizou-se para acolher sessenta deslocados (neste momento já chegaram 29), tendo para o efeito o Executivo Municipal, aprovado uma verba de 200 mil euros para fazer face aos primeiros gastos. -----

-----Consideramos ser motivo de orgulho para todos os Mogadourenses que a nossa Câmara Municipal assuma um papel ativo nos esforços de apoio à causa Ucrâniana e nas ações humanitárias para proteger a população civil deste país que está a ser alvo de uma investida bélica atroz, incompatível com a Lei, a ética e a moral de qualquer país democrático e absolutamente inaceitável aos olhos de qualquer homem livre. -----

-----Assim, porque os Mogadourenses têm manifestado que se sentem representados pela posição assumida pelo Senhor Presidente António Pimentel e por toda a equipa que o acompanha, propomos que se aprove e se registre este Voto de Louvor e Reconhecimento”-----

► **JORGE DIAS** interveio e disse: “em relação ao assunto do segundo voto de louvor, eu percebo muito bem as intenções e revejo-me nessa intenção de colaboração e responsabilidade, perante aquilo que nos rodeia na guerra da Ucrânia, mas também percebo que é uma das responsabilidades do Município fazer isso, portanto não vejo aqui nenhum louvor, vejo aqui uma obrigação do Município em fazer esta atividade, propor que se faça o benefício de todos os cidadãos que vamos receber. Esta é a minha posição”. -----

-----Colocada à apreciação e votação, a primeira proposta de Voto de Louvor foi aprovada por unanimidade. -----

-----A segunda proposta de voto de louvor foi aprovada por maioria com 29 (vinte e nove) votos a favor, 10 (dez) contra e 0 (zero) abstenções prosseguiram os trabalhos e teve lugar a apresentação de mais uma proposta de Voto de Louvor. -----

-----**1.3 - Proposta de Votos de Pesar – Apreciação e deliberação**-----

-----Prosseguindo os trabalhos foram apresentados pela Mesa da Assembleia cinco votos de Pesar: -----

-----Pelo falecimento da D. Maria de Lurdes Pinto, Avó do Membro Paulo Ricardo Malta Coelho. -----

-----Aprovado por unanimidade. -----

-----Pelo falecimento do Senhor José Luciano Freitas, Ex. Comandante dos Bombeiros Voluntários de Mogadouro. -----

-----Aprovado por unanimidade. -----

-----Pelo falecimento da D. Maria Jesus Frade, Tia do Presidente da Junta de Freguesia de Vale da Madre (António Manuel Silva Frade). -----

-----Aprovado por unanimidade. -----

-----Pelo falecimento do Senhor Alexandre Antunes Ferreira, Sogro do Senhor Presidente de Junta de Freguesia de Travanca (Américo Rodrigues). -----

-----Aprovado por unanimidade. -----

-----Pelo falecimento da D. Teresa Manso, Avó da Membro Ana Cristina Preto Fernandes. -----

-----**1.3 Informação da Correspondência Recebida e Expedida**-----

-----Nos termos do disposto na alínea m) do n.º 1 do artigo 29.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia tomou conhecimento do expediente relativo aos assuntos relevantes tratados pela Assembleia desde a última sessão até ao dia dezassete de fevereiro de dois mil e vinte e dois.-----

-----Não havendo intervenções passou-se ao ponto seguinte. -----

-----**1.4 Período de Intervenção do Público**, houve um pedido de intervenção do público que deu entrada na Mesa, foi dado o uso da palavra ao Senhor: -----

► **FRANCISCO MADRUGA** começou por agradecer “*Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Deputados Municipais, Senhores Presidentes de Junta, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores.* -----

-----*Tenho vindo a esta Assembleia desde a sua tomada de posse para expor inúmeras situações que consideramos importantes para Mogadouro e para os Mogadourenses. De quase todas elas obtivemos a anuência do Senhor Presidente da Câmara, apesar de não sabermos se elas estão a ser tratadas ou apenas fazem parte da retórica desta Assembleia. Estranho é igualmente o silêncio do PS que nunca teve uma palavra de apoio ou de crítica. Primam igualmente pelo silêncio os Senhores Presidentes de Junta.*-----

-----*Para ilustrar a minha intervenção saliento alguns mails enviados sem resposta, nem indicação que foram lidos:*-----



-----dia 22/4 – Assunto – Refugiados da Ucrânia, manifestação de disponibilidade para qualquer contribuição. -----

-----dia 17/3 – Proposta sobre o tema “Degustações”.-----

-----Caso continue esta postura por parte dos eleitos, torna-se inútil qualquer participação cívica.-----

-----Gostaríamos de colocar algumas questões, a saber:-----

-----Continuam a ser recorrentes as queixas dos mogadorenses, relativas à existência de cães nas ruas da Vila e das Aldeias, consubstanciando perigo para os habitantes na vertente física e sanitária.-

-----Pretende a CMM tornar obrigatório o registo do animal com Chipe, vacinas e o impedimento legal de animais sem trela e sem qualquer acompanhamento na via pública?-----

-----Continuam a ser recorrentes as queixas de moradores de diversas freguesias sobre o completo abandono de muitos Parques Infantis, sem manutenção constituindo perigo para as crianças que os frequentam.-----

-----Está a CMM na disponibilidade de mandar inventariar com a colaboração das Juntas de Freguesia a situação dos Parques Infantis, da sua manutenção ou encerramento até à realização de obras?-----

-----Tem Mogadouro 3 Monumentos considerados de interesse público e que estão todos eles a necessitar de obras nomeadamente na envolvente paisagística e acessibilidades para usufruto dos mogadorenses e turistas.-

-----O que pretende a CMM fazer junto das Entidades que tutelam a área, Ministério da Cultura e Direção Regional da Cultura do Norte? Refiro-me ao Monóptero, em estado adiantado de degradação e ruína, ao Castelo de Mogadouro e Penas Roias, a necessitarem urgentemente de arranjo urbanístico.-----

-----Como sabe o Senhor Presidente da Câmara, a Igreja de Vale da Madre foi objeto conjuntamente com outras Igrejas de outras Freguesias, de obras de restauro e de manutenção, durante o mandato o Dr. António Machado, que foram objeto de candidaturas a fundos Comunitários para o efeito.-----

-----Encontrando-se a Igreja de Vale da Madre com as portas em estado adiantado de degradação, infiltrações no telhado e no Altar Mor, será possível a CMM mandar fazer uma vistoria ao edifício, depois de consultado o Senhor Padre Óscar, a Junta Fabriqueira e a colaboração do Senhor Presidente da Junta, para se avaliarem as obras necessárias para a manutenção do edifício bem como o apoio a conceder por parte do Município?-----

-----Por último, gostaria de dar uma palavra sobre as Comemorações do



48º aniversário do 25 de Abril, promovidas por esta Assembleia Municipal com a colaboração do Executivo Municipal.-----

-----Queria salientar a qualidade do espetáculo que decorreu na noite de 24 e a Sessão Solene da Assembleia Municipal. Na generalidade dos discursos foram apresentadas ideias diversas sempre no respeito pelas posições de cada força política e muito mais importante foi salientado o papel desempenhado por todos aqueles que lutaram contra a Ditadura Fascista, Antigo Regime ou outras conotações que lhe foram atribuídas, bem como dos Militares de Abril e de todas as conquistas alcançadas com o 25 de Abril. Foi igualmente importante o enfoque dado a alguma desilusão por parte de muitos setores da população. Cabe a todos os eleitos, vulgarmente apelidados de políticos (quase sempre com uma excessiva carga negativa), contribuir decisivamente para alteração desta imagem. -----

-----A significativa unanimidade em torno da decisão da CMM em acolher refugiados da Ucrânia, fruto da Invasão da Federação Russa à Ucrânia, não nos pode deixar de lembrar que os únicos que perdem com as guerras são os Povos, sofrendo os Povos dos que ganham e dos que perdem. Todos eles são vítimas, têm mortos e mutilados. Nós sabemos o que isso é, tivemos avós, pais ou irmãos na Guerra Colonial. Não nos podemos esquecer que, quem ganha com a Guerra são os Oligarcas de todos os matizes. Não há Guerras pela Liberdade ou pelos Direitos Humanos, as Guerras são pela influência Geopolítica e pelo domínio das riquezas dos países, nomeadamente das matérias-primas. Não se constrói a Paz com armas, mas sim com diálogo. Não se constrói a Paz deixando morrer refugiados nas praias gregas, italianas ou espanholas. Não se constrói a Paz com campos de Refugiados na Turquia, pagos a preço de ouro pela União Europeia, porque não os queremos na Europa. A Paz deveria ser um direito de todos os Povos. A Pandemia poderia ter servido para a Comunidade das Nações ter mudado o seu pensamento sobre as prioridades da Humanidade, mais orçamento para a saúde, para a cultura, para a ciência, para a investigação, para a educação e para o ensino. Ora o que aparentemente conseguimos, foi um aumento do orçamento de defesa para 2%, uma exigência dos Estados Unidos da América. -----

-----Pois então, que cada um dê os Vivas ao 25 de Abril, consoante o seu sentimento, pois Abril não nos vendeu nada. Abril, foi conquista dos que por ele lutaram e muitos não o chegaram a viver. Eles foram comunistas, socialistas, liberais, católicos, ala liberal e muitos, muitos cidadãos sem filiação partidária, o que era muito difícil pois os partidos eram proibidos.



Abril, é Abril. Abril, é cravo vermelho, branco ou branco e vermelho, como se viu ontem nas lapelas, e até eu, que não o costume usar, fiz questão de escolher um vermelho.-----

-----*Pois então 25 de Abril Sempre, Fascismo Nunca Mais!*-----

-----*25 de Abril. Sempre!*-----

-----*Ou simplesmente, Viva o 25 de Abril!*-----

-----*É assim o 25 de Abril, plural, em Liberdade e na defesa das suas conquistas, consagradas na Constituição da República Portuguesa.*-----

-----*Desejo a continuação de bom trabalho para o resto desta Assembleia.*”-----

-----*Não havendo mais intervenções da parte do público, o Presidente da Assembleia passou ao ponto 1.6 – “Tratamento de Assuntos Gerais de Interesse Autárquico.”*-----

► **PAULO COELHO** interveio e leu a seguinte intervenção: “*Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Exmos. Srs. Elementos da Mesa da Assembleia Municipal, Ex.mo Sr. Presidente da Câmara Municipal e respetivos Vereadores, Digníssimos membros da Assembleia Municipal.* ---

-----*Em primeiro lugar quero aqui agradecer ao meu amigo Carlos, Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Urrós, pelo convite e pela iniciativa na comemoração do dia da Árvore na aldeia. Tive todo o gosto em participar neste evento que decorreu no dia 20 de março. O meu filho hoje tem uma árvore com o nome dele na aldeia e certamente no futuro terá um interesse maior em visitá-la. Faço-vos uma sugestão para que continuem no próximo ano e nos seguintes, com esta iniciativa de plantar uma árvore na aldeia. Esta iniciativa e outras como esta, que juntem em harmonia as pessoas e o seu contexto são sempre excelentes fatores de desenvolvimento e bem-estar. Faço também uma sugestão para que todas as freguesias repliquem esta ideia de colocar os mais novos a plantar árvores. Esta ação leva gente às aldeias no momento mas tem a capacidade de trazer gente no futuro. Existem jovens que descendem de pessoas que nasceram nas aldeias, mas que hoje vivem na vila ou na cidade. Estes momentos são importantes para ligar os jovens aos costumes e tradições dos seus pais e avós, abre-lhes o apetite para no futuro regressarem por terem parte da sua história inscrita pelas aldeias dos seus pais e avós. Mais uma vez parabéns pela iniciativa Carlos.*-----

-----*Em segundo lugar quero dizer ao senhor Presidente da Câmara Municipal, que fiquei muito satisfeito ao ver que o projeto de coworking está a avançar. Na última assembleia municipal quando o questioneei sobre este investimento disse-me que este projeto ia avançar e reparei que na ata*

Freitas

de reunião ordinária da Câmara Municipal de Mogadouro n.º 6, no ponto 48, faz referência à minuta do contrato para o espaço de cowork. Parabéns pela iniciativa senhor presidente da Câmara. Aproveito o momento para lhe dizer que podemos ir ainda um pouco mais longe e criar uma incubadora de empresas. Já tive a oportunidade de visitar algumas incubadoras e são extraordinários instrumentos para a atração de empresas e claro de pessoas, por conseguinte. Aproveito ainda para fazer mais uma sugestão, invistam tempo e empenho para atrair uma escola profissional para se instalar na antiga escola primária, porque é mais uma forma de atrair pessoas e ao mesmo tempo incrementar conhecimentos técnicos ao concelho que podem ser aproveitados através de sinergias com a incubadora. -----

-----No que respeita aos concursos públicos de emprego devo perguntar porque é que só estão contemplados 2 professores de educação física? Então não eram 3? Sempre vão pegar na ideia que explorei na última assembleia e contratar um professor de outra área para ter uma equipa mais multidisciplinar? Relativamente à contratação fiquei com dúvidas na transparência do mesmo. A publicitação dos concursos como mandam as boas práticas deve ser pública e de acesso a todos os interessados, de forma a garantir igualdade de oportunidade e mérito. Estamos a falar de concursos públicos para a contratação de 18 pessoas para a estrutura da Câmara Municipal. Com esta dimensão de recrutamento não existir nas redes sociais nenhuma publicação sobre este assunto é no mínimo falta de rigor e transparência. Só compreendo esta opção de escolha e seleção como uma opção política. Fico com a impressão que comunicação institucional do município se assemelha mais a uma propaganda política do que a realmente informar os munícipes. -----

-----Finalmente quero agradecer aos responsáveis do município pela oportunidade que deram aos membros desta assembleia de ler o Plano Estratégico, elaborado pelo Movimento Cultural da Terra de Miranda do Douro, Mogadouro e Vimioso. Tem algumas ideias que futuramente podemos explorar. Como vos tenho dito a prioridade estratégica n.º 1 do município deve ser atrair empresas e pessoas. É assim que começa o Plano com a primeira pergunta chave, porquê um Plano Estratégico e de emergência para a Terra de Miranda do Douro, Mogadouro e Vimioso? Por causa da Hecatombe demográfica”. -----

► **JOSÉ FREITAS** interveio e disse: “é muito simples o que aqui venho fazer, dia 17 de março fui abordado por dois agentes da GNR de Mogadouro que me perguntaram se a Câmara tinha alguma coisa contra mim, ou eu

contra a Câmara, porque havia uma queixa no destacamento territorial de Miranda do Douro contra a Junta de Freguesia de Mogadouro posta pela Câmara Municipal, pela descarga de entulhos no vazadouro em Zava, eu disse que não, que não tinha nada contra a Câmara, antes pelo contrário e tudo que era lá vazado era da nossa responsabilidade exceto, canos, madeiras, entulhos que não são descarregados em vazadouros e nós normalmente essas coisas, quando sabemos quem é, obrigamos as pessoas a retirá-las, quando não sabemos temos que nós tomar conta daquilo, ou escondê-las, ou enterrá-las, ou levá-las para os sítios apropriados. Quando me disseram isso qual não foi o meu espanto que fiquei de boca aberta e gostaria de saber da boca do Senhor Presidente se realmente existe alguma queixa da Câmara Municipal contra a Junta de Mogadouro no destacamento territorial de Miranda do Douro, eu não queria acreditar, mas foi a própria GNR que o disse. Fiquei pasmado”.

► **ANA BARROCO** interveio e disse: “no passado mês de março, Lisboa teve mais uma edição da BTL, Bolsa de Turismo de Lisboa, uma das maiores feiras de turismo Nacional e Internacional, e eu gostaria de colocar uma questão, que é o porquê da ausência do Município nesta grande feira, sendo que este ano a feira projetou o turismo Porto e Norte, sendo o destino nacional convidado, penso que é urgente elaborar uma estratégia. É esta a minha questão”.

► **PAULO CARVALHO** interveio e leu a seguinte intervenção: “*Início cumprimentando todos os presentes, agradecendo e parabenizando a Junta de Freguesia de TRAVANCA, pela organização cuidada da Feira do Folar, a Junta de Freguesia de URRÓS, pelo evento de plantação de árvores, a Junta de Freguesia de VILA DE ALA, pelo evento de BTT "Rota das Bôlas", a Junta de Freguesia de CASTRO VICENTE, pela apresentação de livros e outras dinâmicas criadas.*

-----Agradeço e solidarizo-me com o Município de MOGADOURO com a atitude solidária com os refugiados acolhidos da Ucrânia. Dou os parabéns à Assembleia Municipal pelas organizações das Cerimónias do 25 de Abril, e ainda, parabenizo o CLUBE ACADÉMICO DE MOGADOURO, pelas vitórias alcançadas pelas suas equipas nos calendários distritais da modalidade de Futsal.

-----1 - Questiono novamente o executivo municipal o motivo de a CASA DAS ASSOCIAÇÕES continuar ENCERRADA para visita durante o FIM DE SEMANA, desde a tomada de Posse do novo executivo. Salientando a importância do espólio que se ali se encontra e pela importância da valorização dos Gaiteiros e da sua história para o



Concelho, e da importância do Espaço no contexto da História de todo o Planalto.-----

-----Questiono também se o encerramento é definitivo e qual a estratégia que o Município tem para este espaço, ou se se tornará definitivamente num "armazém de gaitas".-----

-----Saliento o facto de ter a informação de que os restantes espaços museológicos que se encontram abertos ao final de semana, terem tido um número razoável e em crescendo de visitas durante o fim de semana da Páscoa e 25 de Abril, o que leva à incompreensão do encerramento da CASA DAS ASSOCIAÇÕES - Casa do Gaiteiro e da Gaita.-----

-----RESPOSTA DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL: Concordou que o nome "armazém de gaitas" se adequava bem ao que ali se encontrava, salientou o facto de 3 das gaitas que deveriam estar no seu local ainda não terem sido entregues pelo anterior executivo e assumiu que, no Protocolo feito com a ACISM, esta assumir o compromisso de manter o Espaço aberto também aos fins de semana, e que por agora não é ainda possível porque a nova Direção da Associação Comercial, ainda só agora ter sido eleita, e que a seu tempo, tudo voltará à normalidade.-----

-----2 - Realço e crítico o facto, de, após comparação com as restantes Organizações da Festa das AMENDOEIRAS EM FLOR, de outros Concelhos vizinhos, termos tido a perceção de que tínhamos ficado como o "parente pobre" das mesmas, pelo pouco alcance de visitas e de promoção, bem como salientando que se sentiu um retrocesso na implementação do evento no território, realçando o facto que, mesmo em tempos pandémicos, teríamos sido mais visitados em 2020 e 2021, sem evento, por mais gente que este ano, em que já se pôde organizar.-----

-----Realcei a importância de que, quando organizarmos alguma coisa, nos tentemos colocar sempre como pioneiros e na "cabeça" das organizações, principalmente quando há organizações similares e simultâneas em outros territórios vizinhos. E questionei também se o Município tem vontade de apostar mais forte neste evento ou manter o mesmo registo deste ano. -----

-----Não obtive qualquer resposta por parte do SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL".-----

► **MANUEL LOBO** interveio e leu a seguinte intervenção: "Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal, membros da mesa, Sr. Presidente da Câmara, demais membros do executivo com e sem pelouros, Srs. membros da Assembleia Municipal, presidentes de junta e a todos os presentes. -----

-----Venho por este meio expor um conjunto de assuntos que considero



serem de interesse municipal e que, no meu entender, merecem ser esclarecidos a todos os munícipes. Pois este executivo é de todos os mogadourenses e não só do lado que ganhou a eleições. -----

-----EXTINÇÃO DO POSTO DE TRABALHO DA ANTERIOR CHEFE DE DIVISÃO, DRA. ANDREIA BENTO-----

-----EXTINÇÃO DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA--

-----Ao receber toda documentação relativa aos assuntos da assembleia municipal, não podia deixar de notar a súbita ausência da Dra. Andreia Bento, anterior chefe de divisão do município de Mogadouro. Bem sei que resultou da reformulação da orgânica do município a consequente extinção do posto de trabalho, mas, sinceramente, no momento da votação para o efeito, não me tinha apercebido que iria haver extinção de postos de trabalho, muito menos daquela relevância e atribuídos por concurso público. Estando em curso a contratação de 18 novos elementos para os quadros parece uma situação verdadeiramente insólita. Mas parece que este tipo de movimentações não tem sido caso único nos serviços municipais. Como tal vinha pedir esclarecimentos acerca deste processo, para que todos possamos perceber o que aconteceu. -----

-----REFERÊNCIA AJUSTES DIRETOS E CITAÇÃO DO MANIFESTO PSD -----

*-----Relacionado com este assunto ou talvez não, o GP do PS também tem verificado um elevado número de ajustes diretos a pessoas direta ou indiretamente ligadas a listas do executivo nestes 6 meses. Desde consultas prévias, prestação de serviços, e serviços em que o município teria capacidade de assegurar, mas que decide fazer ajustes diretos a terceiros. Bem sabemos que o meio é pequeno, que não existem muitos prestadores e empresas e que **o prometido é devido**, mas gostaríamos de saber o que mudou desde o boletim informativo de março de 2021 em que a concelhia do PSD afirmava de forma perentória e em letras garrafais E passo a citar: **“PAGAR COM O DINHEIRO DOS OUTROS”-----***

-----“Ficamos, por vezes indignados com situações de favorecimento político, abuso de poder, gestão danosa de dinheiros públicos, etc., que nos entram em casa por meios de comunicação social, pensando que só acontece em outros municípios quando, afinal, estes casos são apenas pequenos exemplos e a prova que essas práticas grassam, e de que forma, na nossa câmara. -----

-----É urgente MUDAR! -----

-----OBS: Os contratos aqui referidos estão disponíveis para consulta pública em base.gov.pt” fim de citação.-----



-----Eu aconselhava o mesmo a este executivo, e aos munícipes, convido a consultarem o site [www. base.gov.pt](http://www.base.gov.pt) e cada um que tire as suas conclusões. -----

-----DECLARAÇÃO RELATIVAMENTE AO ACOLHIMENTO DE REFUGIADOS DE GUERRA UCRANIANOS-----

-----Relativamente ao assunto do acolhimento aos refugiados de guerra ucranianos, gostaria de congratular o executivo pela disponibilidade desta ação humanitária. Pode ter sido, ou não coincidência, deste assunto ter sido abordado na anterior assembleia pelo deputado do Grupo Parlamentar do PS, Paulo Carvalho, mas independentemente de terem acolhido ou não a sugestão, saúda-se a ação desenvolvida, que será difícil e apenas estará no início. **Da minha parte estarei disposto a deixar o meu voto de louvor no final deste grande desafio e não no início.** -----

-----Acho extremamente positivo acolher estas populações martirizadas pela guerra, provocada por um invasor externo e implacável. Que estas pessoas possam encontrar conforto e paz nas nossas terras e que cada um de nós possa contribuir, de acordo com as suas possibilidades, para que a sua estadia seja um pouco melhor e atenuar a sua tristeza. -----

-----Estes são verdadeiros refugiados que devemos apoiar. Estas foram pessoas que viram os seus bens destruídos, os seus maridos e familiares na linha da frente da guerra, e os que ficaram para trás expostos às maiores atrocidades que temos visto, recordando tempos sombrios da década de 40. Com destruição total, violações aos milhares, crianças mortas. Um mundo que pensamos que tinha acabado na europa está aí e as suas vítimas deixaram de ser algo abstrato, mas algo tangível, aqui na nossa terra. -----

-----Não tenhamos dúvidas que isto se trata de uma luta de ocidente contra oriente. E neste caso devemos escolher o nosso lado de forma inequívoca. Embora as nossas democracias tenham muitos defeitos, e se tenham desviado de noções fundamentais como pátria, tradição, família e união, quero acreditar que ainda são o melhor sistema político. Tal como Churchill disse “a democracia é o pior sistema político, a seguir a todos os outros, obviamente” Ele também foi derrotado em eleições após ganhar a guerra, por isso a democracia é o que é, com as suas imperfeições. -----

-----Reforço que estes não são migrantes económicos. São refugiados, cujos familiares ficaram a lutar pela sua terra e por aquilo que acreditavam, merecem o nosso apoio e respeito. Estou certo de que o que quererão neste momento é regressar às suas terras. Mas a guerra não parece querer acabar tão cedo, nem se sabe se o seu lar estará intacto



*nessa altura nem se o seu país será o mesmo. -----
-----Os que se quiserem fixar e trabalhar creio que serão muito bem-
vindos. Não existe muita abundância de empregos, mas há muita falta de
mão de obra e trabalho a fazer. Assim haja vontade. -----
-----Exorto o executivo para fazer o possível para que estes usufruam em
pleno de estatuto de refugiados, com os respetivos direitos e deveres.-----
-----Isto, obviamente, sem esquecer os que sofrem e precisam é que já cá
estão na nossa terra, que obviamente não devem ser esquecidos, e que
devem ser igualmente apoiados com tudo aquilo que for necessário, nas
situações previstas pela Ação social do município e estatal.-----
-----Uma coisa não invalida a outra.-----
-----Muito obrigado ”. -----*

► **JORGE DIAS** interveio e disse: “respondendo primeiramente ao amigo Francisco Madruga vou-lhe dizer que nós vê-mos com bons modos e sempre com muito gosto as suas intervenções, porque são sempre intervenções muito positivas que todos precisamos de repensá-las e analisá-las com bastante cuidado e dar-lhe o devido valor, mas essas posições que o Senhor faz terão sem dúvida a resposta através do Senhor Presidente da Câmara e do Senhor Presidente da Assembleia, portanto estamos solidários com tudo o que o Senhor expõe aqui nesta assembleia. -----
-----Depois tenho aqui um assunto que porventura quase ninguém gosta de falar nele, é um assunto muito delicado. -----
-----Leu a seguinte intervenção “*O culto da morte vem desde o aparecimento do homem e reveste-se da singeleza dos monumentos pré-históricos, antas e menhires à sumptuosidade dos túmulos Egípcios. -----
-----Com isto quero dizer que a nossa preocupação de respeito com os mortos, deve ser tão ou mais importante do que com os vivos. -----
-----Certo é que nós só nos sentimos quando nos dói ou quando realmente passamos por elas, mas nunca é tarde para realmente falarmos sobre o assunto.-----
-----Recordo que o amigo, Francisco Madruga, já abordou aqui nesta Assembleia, um assunto relaciona do com os cemitérios e que o Sr. Presidente, prometeu solucionar.-----
-----No entanto, refiro que o caso ainda é mais grave em alguns cemitérios do nosso Concelho, o seu estado mete dó e só mostra o desrespeito que temos perante os nossos.-----
-----A título de exemplo, no passado domingo, desloquei-me a Saldanha para assistir a uma missa e no período de espera, como a porta do cemitério estava aberta, entrei no sentido de observar a campa onde está*



sepultada a minha avó. Meus senhores, tamanho desencanto! As campas estavam irreconhecíveis, pois a erva não as deixa decifrar. O estado de abandono é tal que se assemelha a uma casa devoluta onde fica aquele resto de quintal a que ninguém deita a mão há muitos, muitos anos. Não sei quem são os responsáveis, talvez todos, o certo é que temos que tomar uma atitude pois o que se passa em Saldanha passar-se-á certamente noutras localidades do nosso Concelho.-----

-----Ainda sobre o mesmo assunto queria chamar à atenção para uma situação relacionada com os gavetões do cemitério de Mogadouro. Existe uma certa descoordenação, entre os gavetões que estão vagos e os que estão comprados. O que constatei é que os funcionários da autarquia não sabem quais os gavetões que estão vagos. Ora, os serviços da Câmara deveriam ter um levantamento correto sobre o assunto para quem recorre a estes serviços.-----

-----Refiro novamente que os mortos nos merecem tanto respeito como os vivos e a vida é assim, hoje eles, amanhã nós”-----

► **CARLA LOUSÃO** interveio e disse: “eu hoje dirijo-me aqui para dar nota do conhecimento de uma situação em representação, quer dos encarregados de educação, quer dos alunos da freguesia de Castro Vicente, esta situação está associada ao transporte escolar. Como é do conhecimento de todos a freguesia de Castro Vicente é a única freguesia do concelho de Mogadouro que fica do lado direito da margem do sabor e dista aqui à sede de concelho aproximadamente 30 km, num percurso de curva e contracurva, quando alguém me pergunta e me diz, então tu fazes esse caminho todos os dias? Eu respondo sim, eu faço esse caminho todos os dias, e as pessoas ficam assim, é que se calhar é um caminho um bocadinho sinuoso. A nossa freguesia dispõe então de autocarro, nós só temos autocarro mesmo em período escolar e esse autocarro é destinado essencialmente para o transporte das crianças com idades compreendidas entre os sete e os dezassete anos, desde o início deste ano escolar, o autocarro sai às sete e quarenta e cinco de Castro Vicente e fazia o percurso Porrais, Soutelo, Viduedo, Sampaio, Azinhoso, Mogadouro e chegava à escola por volta das oito e quarenta, que era um horário até confortável para os meninos se dirigirem depois às salas de aula, ou seja há aqui um percurso de autocarro de sensivelmente cinquenta minutos, no regresso o autocarro fazia exatamente o mesmo percurso, saía por volta das cinco e



vinte e chegava a Castro Vicente por volta das seis e quinze, chegava..., se calhar nem têm conhecimento desta situação, desde a última semana, ou penúltima semana do segundo período houve aqui alteração em termos da rota que é feita do autocarro e desde então os meninos e os encarregados estão chateados pelo seguinte: pelo que entendemos houve um Senhor Motorista que entrou em reforma e o autocarro de Castro Vicente, está a assegurar outra rota, o percurso foi alterado, ele passou a assegurar a seguinte rota, ele continua a sair no horário pré estabelecido às sete e quarenta e cinco de Castro Vicente, faz Porrais, Soutelo, depois vai a Paradela Brunhoso, Remondes e tem chegado à escola secundária às nove da manhã, os meninos que vão para a primária têm chegado praticamente sempre atrasados, quando regressam continua a sair às cinco e vinte, faz o mesmo percurso de volta, estão a imaginar o que é chegar à rotunda e vão para Remondes, Soutelo e Paradela, voltam a vir para trás à rotunda para depois ir para Soutelo e passaram a chagar a casa por volta das seis e quarenta, ou seja só num dia eles passaram a fazer mais quarenta a cinquenta minutos de viagem, relativamente ao período anterior. Como sabem o caminho não é propriamente em linha reta e este é um dos motivos que faz com que falte depois a motivação e a vontade de estudar diminua depois quando chegam a casa. Isto para dizer também que entretanto o autocarro foi alterado, eles vinham, chamemos-lhe uma caixinha de fósforos com vinte lugares, passou para um autocarro maior e eles fizeram mesmo questão de me dizer: *não te esqueças de dizer que no autocarro também chove* e chove praticamente em todos os bancos, o que eu peço é que por breves instantes façamos o exercício de nos colocarmos na pele destas crianças e destes jovens, imaginarmos a viagem que é realizada e qual é o estado de espírito com que eles chegam a casa e mesmo a própria motivação para estudar. -----

-----Neste sentido o que nós solicitamos em nome das pessoas de Castro Vicente é a intervenção do Município dentro da empresa transportadora, junto da qual nós estamos dispostos a fazer uma reclamação escrita e um abaixo assinado por todos de forma a que o transporte escolar possa melhorar, nós nunca reclamámos apesar de ser um percurso longo, só que agora o percurso aumentou significativamente e tem trazido as suas



consequências. Nós somos uma das aldeias mais afastada e isto da questão da viagem escolar, a questão da duração, a questão do conforto, é claramente uma das razões que contribui para que os jovens casais que têm filhos não se mantenham na freguesia e tentem vir para mais próximo das escolas. Era isto que eu tinha para dizer, simplesmente dar nota. -----

-----Em relação a outras coisas que foram ditas aproveito e faço aqui um acrescento, agradeço as palavras do Paulo Carvalho referente à freguesia de Castro Vicente e dou também nota que a freguesia de Castro Vicente não se fez representar este ano nas comemorações do 25 de abril da Assembleia Municipal, porque acabámos por ter também uma comemorações com um grupo de pessoas que veio fazer a comemoração à freguesia, fizemos o seu acolhimento, foi uma experiência muito positiva, só para terem ideia foi um grupo já com algum estatuto, acabaram por nos deixar uma contribuição para aplicarmos depois em projetos na própria comunidade, projetos direcionados para a parte da cultura. -----

-----Falaram também aqui em relação aos cães, a junta de freguesia realmente passa as licenças dos cães, existe uma legislação que suporta todas as licenças dos canídeos e dos gatídeos, o que acontece é que depois há uma falta de conhecimento por parte da população atendendo a essa própria necessidade e se calhar até se podia pensar em organizar uma campanha de sensibilização ou da importância de se fazerem essas mesmas licenças. -----

-----O Professor Jorge falou na questão dos cemitérios, eu consegui compreender, os cemitérios são da responsabilidade da junta de freguesia e a verdade é que me aconteceu a mim, tivemos que fazer uma limpeza recentemente porque quando fomos ver o cemitério nem queria acreditar no que estava a ver porque as chuvas dos últimos dias fizeram despoletar e fazer crescer a erva de tal forma que parecia quase inacreditável, mas a verdade é que foi real”. -----

► **PRESIDENTE DA CÂMARA** usou da palavra e disse: “começando pelo público que foi o primeiro a usar da palavra, efetivamente recebi da parte do Senhor Francisco Madruga a disponibilizar-se para ajudar na questão dos Ucrânicos, eu não respondi justamente, primeiro porque sou amigo do Francisco Madruga, conheço-o há muitos anos, sei como ele



pensa e age em relação ao seu concelho, mas de qualquer maneira não me posso esquecer da posição que é oficial do partido a que pertence, nomeadamente das posições tomadas pela líder do grupo parlamentar, portanto sobre isso Francisco e pela amizade que temos, vou ficar por aqui, não vou tecer qualquer outro comentário. -----

-----Falou na recolha de cães, abandono de parques infantis, ora bem todos os concelhos neste momento e mesmo que tenham canil, existe o canil municipal de Vimioso que está lotado. Quero informar que ainda ontem na reunião da Associação de Municípios do Douro Superior, foi deliberado abrir concurso para um canil para os Municípios da Associação do Douro Superior como complementar para os outros canis, até já há cento e quarenta mil euros na conta, os sete Municípios vão contribuir com o resto e vai ser feito mais um canil em Moncorvo nomeadamente que irá receber dos outros concelhos àqueles que não conseguimos dar resposta. ---

-----Em relação aos parques infantis, eu devo confessar que o PS se esqueceu que esteve oito anos no poder, e permitam-me que diga isto com esta abertura porque efetivamente eu devo dizer uma coisa aqui sem ofensa para ninguém, confesso que a única coisa que encontrei a funcionar na Câmara, foi o carro do Presidente, porque de resto encontrei tudo degradado ou que não funcionava, de maneira que os parques infantis já foram tomadas medidas para reparar nomeadamente aqueles que são da responsabilidade da Câmara a nível da vila, quer o do São Sebastião, quer outros e há projetos a fazer para outros renovar nomeadamente o do bairro Trindade Coelho, portanto estamos atentos a isso, creio eu que já está até adjudicado à empresa Bricantel, passo a publicidade, a substituição de vários equipamentos que estão efetivamente num estado lamentável, mas não creio que fosse no último meio ano que levaram caminho. -----

-----Em relação aos monumentos públicos a necessitar de obras, quer os executivos anteriores, quer o atual, sempre tiveram a abertura e a colaboração possível solicitada pelas comissões fabriqueiras, portanto penso que não será em principio de bom tom, porque tenho a certeza que nem os párocos do concelho, nem as comissões fabriqueiras têm essa ideia, aliás já tivemos oportunidade, já neste mandato de abordar o apoio em reuniões de Câmara a algumas comissões fabriqueiras. -----



-----Em relação ao deputado Coelho, incubadoras, antiga escola primária, contratação de professores de ginástica, incubadoras, quero dizer-lhe que através da CIM avançou-se com o espaço Coworking, é um primeiro passo, para avançar com incubadoras é preciso ter instalações disponíveis e elas com certeza que vão aparecer, quando se fizerem algumas alterações, eu refiro-me por exemplo, se mudarmos a cantina quando a nova estiver feita, eventualmente poderemos ter espaços disponíveis para isso, porque eu também considero de extrema importância. -----

-----Em relação aos professores de ginástica abriu-se para dois lugares, há três no quadro, assim como há também dez assistentes técnicos e abriu-se para seis, assim como há dez assistentes operacionais e abriu-se para cinco. Os concursos são públicos, estão a decorrer as inscrições, eu não quero crer que não tenha havido um conhecimento total porque as inscrições já devem ultrapassar em larga medida a centena de concorrentes, os concursos estão a ser feitos seguindo os trâmites legais e estão a decorrer com toda a normalidade. -----

-----Dezoito contratações, permita-me o seguinte, é preciso termos, eu não quero usar uma palavra forte, algum descaramento político, sem ofensa, porquanto o Executivo anterior só de uma vez meteu cinquenta e quatro e permita-me que lhe diga e que vos diga a todos vós com toda a clareza, provavelmente ainda não os conheço a todos, porque são muitos efetivamente, mas desse grupo de setenta e quatro, salvo raras exceções para funções de responsabilidade que a Câmara carece eu não consigo ter funcionários, apesar do Executivo anterior ter admitido cinquenta e quatro, e devo dizer que tive que recorrer a uma das que, tendo condições para ter entrado nos precários, não entrou e que foi àquela que eu tive que recorrer para secretariar as próprias reuniões do Executivo, portanto nós avançamos com dezoito divididas em vários setores, como seja o administrativo, como seja os assistentes operacionais e como sejam também os professores de ginástica. Porquê? Porque efetivamente e começando pelos Professores de ginástica, a Câmara necessita de mais Professores de ginástica porque além de estar a estender as atividades desse setor eles já hoje são insuficientes, e não quer que lhe lembre o procedimento anterior do seu partido, porque efetivamente havia dois professores que cumpriam as condições dos



precários, talvez aqueles que melhor reuniam as condições dos precários e o Executivo anterior não os englobou. Em relação aos outros, quem é eleito é eleito com legitimidade para organizar os serviços e ver aquilo que necessita para poder pôr em prática aquilo com que se comprometeu com a população, e nessa medida nós assumimos que precisamos de funcionários, e quero dizer que tudo farei para meter funcionários com capacidade, é este o compromisso que aqui deixo. -----

-----Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mogadouro, algum dia lhe passou pela cabeça que a Câmara Municipal ia denunciar a Junta de Freguesia, fosse à GNR, fosse a quem fosse por qualquer procedimento? Desculpe lá, isso eu só entendo, se por má fé, à Junta de Freguesia lhe pode passar pela cabeça uma situação destas. Não sei se houve denuncia, se a fizeram, nem quem a fez, nem porquê sequer, eu digo aqui perante esta Assembleia que a empresa por conta da Câmara procedeu às demolições das casas do bairro e quando dei conta estavam a ser colocadas lá em cima na zona industrial, e eu pelo menos tive a preocupação de pôr a máquina da Câmara a enterrar aquilo porque a gente já sabe que isto é crime ambiental e penso que já está regularizada a situação do aterro porque aquilo era para aterro, agora jamais lhe passe pela cabeça, a não ser que alguém em nome do Presidente da Câmara o tenha feito, há gente para tudo, agora que a Câmara Municipal denunciasse um Presidente da Junta, por amor de Deus. Vamos lá ser um bocadinho crescidos, adultos, fazemos todos parte da mesma instituição embora cada um com as suas funções, órgãos diferentes, mas a trabalhar no mesmo sentido em prol do desenvolvimento do concelho e não para estarmos aqui uns contra os outros e muito menos com denúncias, que fique bem claro. -----

-----Dona Ana Barroco, falou na BTL, na ausência da Câmara de Mogadouro, efetivamente eu também conheço a BTL já tive oportunidade de estar presente, sei que é uma grande montra de turismo a nível nacional e internacional, a CIM marcou a presença na BTL, sei que Mogadouro teve lá um representante, não houve uma aposta direta da Câmara, não por menosprezar o turismo, pelo contrário, no nosso programa o turismo ocupa uma das partes principais e fundamentais, todavia consideramos que primeiro Mogadouro tem que dar passos e já estão a ser dados alguns,

Paulo
De L

como é o seu caso e outros turismos locais que respondem às necessidades que já começa a haver no concelho, mas efetivamente Mogadouro ainda tem falta de alojamento que permita promover a esse nível também o território, não viria mal ao mundo, mas certamente também estaríamos a promover mogadouro e muito bem, mas convidá-los a conhecer os concelhos vizinhos na sua grande maioria para dormirem, mas esteve presente uma empresa e creio que foi das únicas que esteve lá presente que conseguiu inclusivamente articular já com a CIM a promoção turística na área da CIM. -----

----Paulo Carvalho, casa das associações fechada ao fim de semana, armazém de gaitas de foles, olhe eu não podia arranjar melhor nome para aquilo do que aquele que realmente lhe atribuiu, armazém de gaitas de foles, só lamento é que na transição do Executivo anterior para o atual alguém tenha lá ido buscar três gaitas de foles das que estavam lá sem dizer nada ao Executivo, porque as restantes o Executivo mantém. O Executivo concessionou aquele espaço a uma Associação representativa de todo o comércio e serviços de Mogadouro que por sinal a informação que tenho é que vai ter eleições este mês, já fez a transição da sede para esse espaço, já lá está um funcionário da Câmara afeto parcialmente a desenvolver uma plataforma on-line para a divulgação e comercialização dos produtos da terra e pode ter a certeza que ela vai passar a estar aberta também aos sábados e domingos, mas quando nós concessionamos o espaço, a gestão do espaço passa a ser da Associação e portanto estou certo porque foi isso que ficou combinado, manter o que está, manter a casa aberta ao fim de semana e durante a semana, mais, melhorá-la, introduzindo-lhe a exposição dos produtos não perecíveis e certificados do território e a promoção da sua comercialização on-line, o trabalho está a ser feito. -----

-----Manuel Lobo, extinção do posto de trabalho da chefe de divisão Andreia Bento, eu sobre isto quero dizer que tive oportunidade de trabalhar algum tempo com essa Senhora, trabalhei perfeitamente, acho que foi honesta com o Presidente, fez o seu trabalho, mas não foi por concurso público, foi nomeada em comissão de serviço por três anos, portanto o Executivo entendeu reformular a estrutura orgânica que aprovou em reunião de Câmara e em sessão de Assembleia Municipal, ao extinguir a

Divisão Administrativa e Financeira acoplou a parte administrativa à da contratualização e aquela divisão caiu, ao cair, caiu a chefe de divisão, retornou ao serviço de origem e sobre isso acho que é perfeitamente claro, neste momento a parte administrativa está com a contratualização e informática, e a parte financeira foi criada a unidade orgânica de 3º grau, temos legitimidade, fomos eleitos para operacionalizar os serviços da melhor maneira que entendemos que devem funcionar, respeitámos tudo que o anterior Executivo fez, procurámos respeitar e vocês têm o dever de respeitar também aquilo que o partido que ganhou as eleições entende que é o melhor funcionamento da estrutura. -----

-----Falou também nos 18 funcionários que estão a concurso acho que já respondi, já lhe explicitiei os sessenta e quatro, portanto não constitui um bom exemplo, disso não recebemos lições, eu lembro-lhe que quando o PSD saiu da Câmara, a Câmara tinha 131 funcionários, deve saber quantos é que tinha quando o PS deixou a Câmara Municipal. -----

Senhor Jorge Dias, cemitérios e gavetões, eu recorde ao líder do grupo parlamentar do PS o seguinte, é evidente que a Câmara tem responsabilidade pela gestão do cemitério de Mogadouro, tem lá um funcionário a tempo inteiro, como teve nos últimos oito anos, ninguém mudou nada, manteve-se tudo inalterável, mas devo-lhe dizer que se hoje Mogadouro tem resposta para enterrar os seus mortos, é porque o PSD durante a sua gestão levou a efeito a construção de 160 gavetões no cemitério, eu não quero crer, se você foi falar com o funcionário do cemitério admito que lhe tenha dado essa resposta, agora o que eu não admito é que a Câmara não saiba, porque elas são vendidas e se são vendidas há escrituras, desculpe lá eu não acredito, é porque não falou com as pessoas certas, a câmara tem escrituras de todos os gavetões que alienou, portanto, eu isso não aceito, aceito ouvi-lo, mas não aceito que isso exista porque se há escrituras, é só ver as que estão feitas. -----

-----Em relação aos comentários que a Senhora Presidente da junta Carla Lousão fez, transporte escolar, efetivamente já tive a oportunidade de reunir eu e a Senhora Vereadora com a entidade responsável por os transportes escolares, até reunimos em Freixo porque existia um problema com o transporte dos alunos de Freixo e a nós interessa-nos que os alunos

~~de~~
del

de Freixo venham para Mogadouro e portanto fomos lá reunir para resolver esse problema e penso que ficou resolvido, onde a Câmara possivelmente vai ter que assumir até algum compromisso financeiro por causa da alteração do horário. Quanto a Castro Vicente eu desconhecia que isto estava a acontecer, tenho a certeza que é pontual e que é provisório e que se deve à ausência de algum funcionário, mas pode ter a certeza, Senhora Presidente de Junta, é que mesmo hoje irei falar com o Senhor Francisco Santos para saber porque é que não substituiu o motorista, porque eu sei que tem um motorista de baixa, mas ele tem que ter condições para substituir o motorista quando ele se ausenta, agora não tenho dúvidas que é uma situação pontual, nem pode ser de maneira diferente. Todos sabemos que a contratação dos transportes é feita através da CIM, de qualquer das maneiras não é alheia a Câmara Municipal e, portanto, tem o dever de estar atenta assim como os Senhores de Junta daquilo que corre mal e referenciar, por isso agradeço essa chamada de atenção. -----

-----Carla, de qualquer maneira espero que não tenha sido por isso que tenha convidado para o primeiro ou segundo evento da freguesia o Presidente da Câmara de Macedo de Cavaleiros, não está certamente a pensar mudar de concelho. -----

-----Penso que respondi a tudo que foi colocado, mas se alguma dúvida houver não tenham problemas, estou aqui para esclarecer”. -----

► **ANTÓNIO MARTINS** usou da palavra e disse: “muito rapidamente só dois assuntos que esperava ter visto mais batidos pela parte do Senhor Presidente e abordou mais ao de leve, embora ele tenha aplicado uma palavra que considerou um bocado forte e que eu retomava que é o descaramento, quando falou aqui sobretudo nos Professores de Educação Física, pois é disso mesmo que se trata, descaramento alguém vir aqui dizer porque é que só se contratam dois Professores de educação Física quando foram os Professores do PS que dispensou três Professores de Educação Física, quando eles faziam efetivamente muita falta para manter as atividades educativas, AEE`s no concelho. Já disse aqui e volto a reafirmar que na altura a Câmara teve que fechar serviços, nomeadamente as piscinas em alguns horários e suspender algumas atividades, por terem dispensado alguns Professores de Educação física, obviamente por revanchismo



político. -----
-----A questão dos lugares, das publicações, eu penso que ninguém ficará por concorrer aos lugares que estão agora a concurso por falta de conhecimento e de publicação porque eles estão sobejamente publicitados em vários órgãos. Senão fosse esse descaramento podia também ter perguntado o porquê da não promoção de alguns funcionários da Câmara que estavam à espera dessa promoção e não foi feita até ao dia das eleições, é uma questão que aqui fica também sem resposta provavelmente. -----
-----O Senhor Membro Manuel Lobo falou aqui também de ajustes diretos, que viu na listagem, alguns nomes de pessoas ligadas ao partido, ainda bem, porque se são ligadas ao partido e estiveram ligadas ao processo eleitoral significa que são gente de cá, se fossem Advogados de Lisboa era mais grave. Podia ter falado aqui em quase cerca de um milhão de euros que ficou de pagar o anterior Executivo do PS a esses mesmos Advogados de Lisboa. Mas se quiser fazer uma consulta desta lista estamos perfeitamente à-vontade, desta e de outras anteriores, porque isto de falar de ajustes diretos a pessoas próximas dos partidos que estão no poder. Também se aplica aqui o descaramento, e que grande descaramento, sem dúvida nenhuma. Havia milhentos exemplos para dar de ajustes diretos, eu já falei aqui de alguns nas poucas sessões que teve este mandato, já falei de outros noutras anteriores. -----
-----Referiu aqui um excerto de um texto de um comunicado do PSD, muito bem feito, pertinente, quere-o contrariar, tem argumentos para o contrariar? Vamos a isso, estamos disponíveis. E pronto era isso que tinha para dizer, não fiquei completamente esclarecido com a intervenção do Senhor Presidente, era oportuno deixar aqui mais esta achega”. -----
► **JORGE DIAS** usou da palavra e disse: “eu volto a referir o que já referi na anterior sessão, o Membro António não deve responder pelo Senhor Presidente de Câmara, ele deve abordar os temas de uma maneira estruturada e trazê-los estruturados, não tem a competência de responder pelo Senhor Presidente de Câmara, o Senhor Presidente de Câmara respondeu, senão respondeu integralmente, alguém lho volta a perguntar e ele disse que podia responder, certo? Esta é a primeira observação -----
-----A segunda observação tem a ver com os gavetões, senhor Presidente

não há escrituras nos gavetões, nos gavetões há simplesmente alvará, e isso pode causar confusão, para mim é isso que está a causar alguma confusão. - -----Em relação aos concursos vou perguntar o seguinte: O Senhor Presidente vai admitir todos os concorrente que aparecerem neste concurso? Certamente que não, e lembrá-lo ainda que no anterior concurso entraram pessoas de todas as ideologias políticas, dou como exemplo o seu sobrinho, unicamente isso”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** “esclareceu que a Mesa não tem como condicionar a forma como os Membros se posicionam, é de livre vontade, pode ser dito como resposta, mas a Mesa não a recebe como resposta, a resposta está sempre na palavra do Senhor Presidente, mas fica o alerta que agora dou o uso da palavra para se defender neste caso concreto”. -----

► **ANTÓNIO MARTINS** usou da palavra e disse: “não me vou referir ao conteúdo da sua intervenção, simplesmente dizer-lhe, que o Senhor tem de uma vez por todas de assumir que perdeu as eleições para a Assembleia Municipal e o Senhor neste momento é um membro da Assembleia Municipal, portanto não lhe reconheço neste momento capacidade, nem autoridade para me dizer o que eu devo, ou não devo aqui fazer. Essa competência hoje passou para outro concorrente às eleições, que é o Professor Vítor Batista, que é o Presidente da Assembleia Municipal e é ele que tem que dizer o que eu posso e devo, ou não, fazer aqui”. -----

► **PRESIDENTE DA CÂMARA** interveio e disse: “eu não costumo entrar nessas discussões, apenas dizer ao Líder do Grupo Parlamentar do PS que estive doze anos na Câmara Municipal como Vereador, apesar de alguns familiares meus trabalharem na Câmara Municipal de Mogadouro, eu durante o tempo que estive na Câmara não entrou nenhum, certo? Mas já que fala em familiares, isto é muito chato, eu posso-lhe dizer que poderia ter exercido alguma influência a nível de CIM, porque sabe perfeitamente que um dos seus familiares está no Conselho de Administração da CIM a representar a CIM, eu fui cordial com ela e continuarei a ser porque além do mais é Mogadourense”. -----

► **ANA BARROCO** interveio e disse: “queria fazer a seguinte pergunta: Será que a divulgação do território não é importante? O Senhor Presidente



cingiu-se especialmente aos alojamentos, mas será que nada mais importa? Não é necessário mostrar todo o fantástico território, gastronomia, gentes, portanto tive conhecimento que todos os Município envolventes da área de Mogadouro estiveram presentes e acho que também não têm alojamentos suficientes. Qual o porquê da não divulgação do território e arranjar essa desculpa de ser só em relação dos alojamentos”. -----

► **PRESIDENTE DA CÂMARA** interveio e disse: “efetivamente o território não é só alojamentos, é uma componente. De resto a divulgação do território, nós fazemo-lo permanentemente e estamos a trabalhar arduamente na divulgação do território, a trabalhar com os nossos meios da autarquia. Apresentámos uma candidatura para fazer um trabalho sobre o território para divulgação de todo o património do concelho, nós estamos a fazer, estamos a desenvolver projetos que alavanquem o desenvolvimento turístico do concelho, alguns dos quais sinalizados de trás, nós estamos a fazê-lo, agora a BTL é uma feira, a CIM assumiu representar o espaço da CIM, houve Municípios que quiseram estar lá presentes com os seus documentos, a Câmara Municipal mandou os documentos que tinha, houve uma empresa privada que se disponibilizou para estar presente, esteve presente, agora a divulgação e quem vai analisar isto, se o fazemos ou não, vão ser os Mogadorenses, e pode ter a certeza que vai ficar surpreendida com a divulgação do território nos locais que consideramos apropriados. Agora não vamos gastar dinheiro, por exemplo em provas de dezassete mil euros de ciclismo, que a Câmara vai ter que pagar esta semana, feita uma chegada em Mogadouro onde estiveram meia dúzia de gatos pingados a assistir entre os quais eu, que ainda está por pagar. Ainda ontem anulámos um pedido de uma volta de ciclismo do Douro superior porque o que queriam eram noventa mil euros para suportar os seus interesses e não os do território, nós não devemos comer tudo aquilo que nos servem, nós devemos comer aquilo que entendemos que serve o território”.-----

-----Concluído o Ponto 1. “**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**”, o Presidente da Assembleia conduziu a sessão para iniciar o ponto 2. “**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**”. Neste sentido, deu a palavra ao Presidente da Câmara para se pronunciar sobre o ponto 2.1 “*Apreciação da Informação do Presidente da Câmara Municipal acerca da Atividade do*”

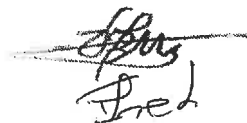
Município, bem como da situação financeira do mesmo – alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º, Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro”-----

► **PRESIDENTE DA CÂMARA** começou por dizer que vai apenas referir os mais importantes porque o resto está explícito nas datas e na descrição: “a reunião com as águas do norte, porque é o principal problema, na minha perspetiva que Mogadouro tem, Mogadouro tem problemas a nível de abastecimento de água para resolver e temos que ter capacidade para o fazer, temos o problema de não nos deixarem livremente gerir as nossas águas, de quererem ser eles a geri-las, como sabem Mogadouro está em tribunal com as águas do norte por duas razões neste momento, uma primeira porque com uma ação para que Mogadouro saia das águas e depois várias ações, porque as águas do norte entendem que nos devem faturar anualmente o que eles chamam de consumos mínimos, isto é, quando fizeram o estudo da criação das águas de Trás-os-Montes o estudo apontava para uma população em Mogadouro que viria a atingir os dezanove mil habitantes, e em função disso, pelos estudos deles atribuíram os consumos mínimos e então anualmente debitam uma fatura com os consumos mínimos de Mogadouro, isto já vai no valor de seis ou sete milhões de euros neste momento. Quem aderiu ainda foi na altura o doutor Francisco, a um mês antes das eleições, apressadamente, que depois votou ao nosso lado pela saída e temos mantido uma coesão e uma unidade em torno deste problema, porque a água é central ao nível do desenvolvimento do concelho e na minha perspetiva tudo devemos fazer para manter a gestão em alta e baixa da água, ou seja, a verticalização do sector. Como houve mudança de Executivo, provavelmente a administração das águas do norte veio ver, apalpar terreno, ver qual era o sentimento do Presidente, esqueceu-se é que eu tinha sido Vereador e que tinha acompanhado o processo desde o início, e a par disso fiz-me representar também com o Advogado que está a tratar do assunto, devo dizer que a reunião foi partir pedra e toca a música e siga o baile, foi a mesma coisa, devolveram-nos novamente as faturas e a gente voltou a devolvê-las, acontece que de todas estas ações que são todas iguais exceto a primeira, a Câmara Municipal de Mogadouro já ganhou uma ação e recorreu e muito bem, apresentou recurso, o que quer dizer que se ganharmos esse recurso, as outras ações



caem todas, porque são todas iguais, as dos consumos mínimos, não sei se também foi isto que os trouxe cá, mas a verdade é que é isto que está a acontecer, a ideia é continuar a mostrar oposição, o tribunal que decida se nós temos razão nos consumos mínimos, assim como na saída, porque um dos aspetos que a administração na reunião que tivemos vem dizer, é o seguinte, porque foi feito um estudo muito mal preparado, aquilo não estava bem feito, felizmente o estudo tinha sido feito pelo gabinete de Advogados com técnicos credenciados que durante mais de uma semana fizeram o levantamento rigoroso da situação e o estudo era competente e muito bem elaborado, e o Advogado só lhe respondeu: Senhor Administrador isso não podemos aceitar, você pode ler o estudo todo, mas leia só as últimas duas linhas, e o que estava escrito nas últimas duas linhas no despacho da Ministra Assunção Cristas era indeferir por utilidade pública, não foi com base no estudo, foi porque considerou que era de utilidade pública, manter os sistemas multimunicipais, portanto vamos continuar com as diligências, vamos ter no próximo mês mais uma tentativa de conciliação que não é possível da nossa parte, da nossa parte a conciliação só é possível com a saída e com a anulação das faturas, mas no próximo mês de maio vai haver, salvo erro dia 24, não tenho agora presente, vai haver no tribunal, no TAF em Mirandela nova abordagem do assunto . -----

-----Reunião com o Senhor Horácio Leitão da empresa Insan sobre energias renováveis, já estou a fazer uma certa confusão, porque já são tantas as empresas a querer meter parques fotovoltaicos no concelho, mas a minha resposta tem sido igual para todas, a Câmara não se opõe senão precisar de ser ouvida, nem precisar da assinatura do Presidente, podem trabalhar à-vontade, mas se for preciso a assinatura do Presidente e a deliberação da Câmara há uma coisa que eles têm que fazer, é pagar 3% pelo menos da produção de energia ao concelho e portanto foi isto que foi dito, estavam a pensar na derrama, mas Mogadouro não tem derrama, mas quanto é mais ou menos 1,5% não, é 3%, porque a eólica é o que paga a Câmara Municipal de Mogadouro, são apenas duas ou três torres mas pagam 3%, portanto vocês se precisarem do parecer da Câmara e da assinatura do Presidente têm que pagar 3% sob a produção, foi isto que



ficou conversado. -----

-----Reunião em Mogadouro com o Senhor José Luís Pascual sobre o AECT Douro/Duero, a maior parte de vós sabe quem é, é o que está à frente do AECT do Agrupamento Europeu Territorial, em que várias Juntas são associadas e a Câmara Municipal também, da reunião que tivemos com ele a mensagem que lhe passámos foi a seguinte, o nosso ordenamento territorial é diferente do espanhol, aqui tanto pagavam as Juntas como as Câmaras, dissemos que tinham que arranjar maneira de anular as dívidas das Juntas e que ficava representante, que bastaria a Câmara pagar associada para poder desenvolver os projetos para o concelho, porque a maior parte das Juntas nunca pagou, aquilo já vai numa dívida grande, de maneira que eles vão ter que levar aquilo à Assembleia e anular essas dívidas. Se houver hipótese das candidaturas nas várias freguesias que pertencem ao AECT elas serão canalizadas tendo como associada a sua Câmara Municipal que engloba o território todo, a não ser que alguma queira continuar, pode continuar. -----

-----Reunião do Conselho Executivo do Baixo Sabor em Alfândega da Fé, também tem havido e têm acompanhado com certeza, quando foram feitas as barragens do Baixo Sabor, aquilo foi feito e havia uns estudos, havia uns propósitos para que houvesse uma percentagem da produção para o Fundo do Baixo Sabor, só que os primeiros anos deu prejuízo e então isso gerou uma dívida de um milhão e quinhentos mil euros das quatro Câmaras, em vez de receber tinham que pagar essa dívida, isto agora transitou para a MOVERA, sobre a presidência do colega de Alfândega da Fé, que preside à Associação do Baixo Sabor, sendo a Vice-presidência de Mogadouro, encetamos negociações com a MOVERA, uma reunião das quais ocorreu em Mogadouro e onde fizemos uma proposta muito concreta e objetiva à MOVERA, são quatro concelhos há que esquecer a dívida e pagar cem mil euros para cada concelho independentemente de reclamarmos junto do Governo aquilo que as autarquias e o próprio Ministério do Ambiente, havia prometido, mas em termos de MOVERA que não ficou nada estabelecido, está mais ou menos acordado, aliá foi assinado já o protocolo com a MOVERA no valor de cento e vinte e cinco mil, os vinte e cinco mil é para pagar a dívida, em vez de anular, eles com os vinte e cinco mil a mais,

amortizam a dívida, no fundo cada Município irá ficar anualmente com cem mil euros do Fundo do Baixo Sabor, em que 25% será gerido pela Associação e 75% será para projetos das respetivas Câmaras. -----

-----No dia 11 de abril reuni com a Santa Casa da Misericórdia de Mogadouro, é uma entidade que ao longo dos anos tem estado muito atenta aos fundos comunitários, não perde uma candidatura, não sei se ainda tem espaço para apresentar mais, mas a verdade é que apresentou algumas candidaturas que estão a exemplo de outras que a Câmara também apresentou, nomeadamente o Centro de dia de Castro Vicente e um complemento do Lar de Urrós e também o Lar de Travanca, isto foi muito apressadamente, havia falta de elementos, havia falta de pareceres, procuramos obter aquilo que foi possível, possivelmente também não vão ser aprovadas todas, mas a verdade é que há duas ou três candidaturas da Misericórdia e duas ou três candidaturas apresentadas pela Câmara Municipal. -----

-----Sobre a situação financeira do Município, ela está aí clara. -----

-----Saldo em 11-04-2022-----

-----Orçamental-----6.012.533,91-----

-----Operações de Tesouraria -----800.438,58-----

-----Em documentos -----66.597,47-----

-----Fundos Comunitários a receber -----485.134,25 -----

-----Dívida em 11-04-2022 -----

-----A fornecedores -----79.330,20 -----

-----A empreiteiros ----- 0,00 -----

-----Empréstimos em dívida -----162.379,21 -----

-----Leasings -----0,00 -----

-----Encargos para o presente ano -----54.126,61-----

-----Também dar nota dos recursos hierárquicos e processos judiciais pendentes, em cumprimento do disposto no n.º4 do artigo., 35.º, Anexo I, da Lei nº75/2013, de 12 de setembro, temos pendentes estes processos das águas através da Abreu Associados, Sociedade de Advogados e temos também os litígios pendentes do Município de Mogadouro que estavam com o gabinete que já aqui foi abordado de Lisboa, com o qual tive logo no início do mandato a oportunidade de pedir uma reunião, tinha havido, como



já referi dois contratos pagos, duzentos e sessenta e seis mil euros, que me pareceu bastante, pedi uma reunião com eles para discutir o assunto e suspendemos de imediato nessa reunião, devo confessar que até um email que lhe mandámos para marcar a reunião debitaram, eu disse-lhe: as nossas relações terminam aqui, por favor substabeleçam noutra pessoa e substabeleceram na Advogada da Câmara avençada com mil euros ou à volta disso por mês, eles tiveram alguma resistência em substabelecer porque queriam garantir o pagamento, mas a verdade é que acabaram por substabelecer todos os processos e não eram muitos na Doutora Maria João, só que nos enviaram uma fatura, porque eles logo disseram que lhe continuaram a pedir serviços, que continuaram a prestar serviços, toda a gente da Câmara lhe continuou a pedir serviços desde o adjunto, ao chefe de gabinete, Vereadores, Presidente, continuaram então a prestar serviços, pedi-lhe para os discriminarem e apresentarem a fatura, ora o meu espanto foi quando recebi a fatura de mais seiscentos e cinquenta mil euros, mas tudo discriminado, quem tinha pedido o serviço, que tipo de serviço era. Como não tinha havido procedimento nenhum, nem tinha havido cabimento, nem compromisso, eu por mais que quisesse não podia enviar para a contabilidade para pagamento, porque naturalmente a contabilidade devolveia-me, pois devolvemos as faturas ao gabinete, ainda não tivemos qualquer resposta deles, mas certamente irão pôr uma ação, digo eu, e não queria aqui lembrar-lhes, porque não será preciso também, de enriquecimento sem causa e depois vamos ver no tribunal se há negociação, se o Juiz considera os valores altos, ou baixos, mas entretanto eu consultei uma pessoa, um Ex. Inspetor das Autarquias Locais que já prestou relevante serviço a Mogadouro, quer em formação autárquica, quer noutras coisas, hoje é Diretor de Departamento da Câmara de Viseu e o que ele me disse foi: eu tenho muita pena, mas provavelmente a Câmara vai ter que pagar, mas a pagar será com uma decisão judicial, provavelmente com uma ação de enriquecimento sem causa, portanto estamos a aguardar, se tivermos que pagar, pagar-se-á, mas temos que ter uma base legal. Devo dizer que desses processos que têm aí, eles são sete ou oito, não têm qualquer materialidade, isto é que é o grave da questão porque à exceção de uma ação do Senhor Justino Esperança, relacionada com o Bairro de São

~~João~~
João

João, as outras efetivamente não têm materialidade, duas das quais estão resolvidas, uma porque desistiu e outra porque houve uma tentativa de julgamento no TAF em Mirandela e o Juiz reuniu as duas partes, era uma ação de setenta e cinco mil euros e acordou-se pagar cinco mil euros à pessoa e ficou o assunto resolvido, ação essa que de certeza que num milhão de euros, já gastou mais de dez ou quinze mil, portanto o assunto está resolvido e o meu objetivo é se possível acabar com os litígios, penso que o mais difícil é sem dúvida o das águas porque os outros são perfeitamente resolvíveis. Desistiu um processo que eu acho que a Câmara até tinha ganho, que era o do Professor Gaspar, ele desistiu, o João Cordeiro tinha caído enfrente ao tribunal no gelo da fonte, ele aceitou a indemnização de cinco mil euros, sem julgamento, em acordo pré judicial, de resto temos uma ação relacionada com o solar de Castelo Branco, onde a Câmara nem é proprietário, nem é empreiteiro, apenas se verifica que há uma tentativa da viúva da pessoa que morreu de tentar pendurar-se na autarquia, uma vez que também é competência da autarquia fiscalizar as obras particulares, portanto é com base nisso que esta ação aparece. Depois há aqui uma do sindicato, são coisas sem grande relevância, mas cujos processos irão conduzir a Câmara a uma despesa de um milhão de euros----

-----Em relação à atividade do Presidente no seu dia a dia parecem-me mais relevantes estes factos, se houver outros que queiram explicações, estarei aqui para as dar. -----

-----Fazer o ponto da situação do acolhimento aos deslocados de guerra da Ucrânia, na tarde do dia 20 de abril fomos contactados pelo alto comissário para as migrações que pedia ajuda para o acolhimento urgente de sessenta pessoas vindas da Ucrânia e que chegariam a Portugal no dia seguinte vindas de um campo de refugiados na Polónia, em 21 de abril fomos recolher estas pessoas no aeroporto de figo maduro tendo sido transportadas para Mogadouro apenas trinta pessoas, porque outras autarquias apareceram e fizeram nesta fase a divisão, a disponibilidade manifestada era de sessenta e continua, provavelmente iremos receber mais trinta, ora bem isto implica ter de definir um plano de ação. Tendo em conta que o alto comissariado para as migrações continua a necessitar de alojar mais deslocados de guerra e continua a pedir-nos apoio é muito



provável o aumento de refugiados a chegar ao concelho de Mogadouro, o Município definiu uma metodologia de trabalho que facilite o acolhimento e integração de uma forma organizada e harmoniosa, desta forma definimos três fases, a fase do acolhimento, a fase do acompanhamento, mas também a fase de integração, estamos neste momento mais na fase de acolhimento em que instalamos as pessoas na residência de estudantes onde disponibilizamos toda a logística para a alimentação e outras disposições práticas para a vida diária deles, numa tarde já lhe mostramos a vila de Mogadouro, numa segunda fase iremos mostrar-lhe o território do concelho. A fase do acompanhamento, continuamos a articular com o alto comissariado para as migrações, estamos a articular com o serviço de estrangeiros e fronteiras onde têm que ir esta semana todos eles por causa da regularização da situação, iremos reunir com os parceiros sociais relevantes no território para a criação de uma equipa multidisciplinar, que já está marcada a reunião para hoje à tarde, Instituto de Segurança Social, Centro de Saúde, Escola, GNR, Santa Casa da Misericórdia e Cuidados de Saúde e depois naturalmente teremos que passar à terceira fase, a fase de integração, irá criar-se uma bolsa de emprego em colaboração com a ACISM, irá proceder-se à integração em turmas de português para estrangeiros, integração escolar para crianças, porque no meio destas trinta creio que são catorze jovens, uns mais pequenos do que outros, mas jovens, acompanhamento por parte do Centro de Saúde relativamente à vacinação e consultas, dado que há muitos deles que não tiveram qualquer vacina, vamos ver o que diz a Direção Geral de Saúde, se têm que se vacinar, ou não, procurar integrá-los nas atividades desportivas e culturais do Município e outros serviços que possam surgir com pertinência e que justifiquem a intervenção. Todo este processo será coordenado pelo Município de Mogadouro em colaboração com o alto comissariado. Para já era isto que tinha para vos dizer”. -----

► **JORGE DIAS** usou da palavra e disse: “estava a falar dos processos jurídicos que a Câmara tem e disse que não havia grande materialidade neles todos, que estavam praticamente resolvidos e falou da exceção do processo que liga ao Justino, queria que me explicasse essa situação se fizer o favor. -----

-----Em relação à sua agenda, aproveitei já, escuso de estar a interromper novamente, na generalidade respondeu ao que a gente tinha anotado aqui, mas no dia 25 de fevereiro esteve numa cerimónia de assinatura dos contratos dos projetos, no âmbito do roteiro para o desenvolvimento sustentável e integrado das terras de Miranda, Sabor e Tua, no Centro Cultural de Macedo de Cavaleiros, na presença do Senhor Ministro do Ambiente e da Ação Climática, João Matos Fernandes, podia falar sobre isso se fizer o favor, sobre a administração das águas respondeu e muito bem, depois dia 12 de abril reunião da Cogestão do PNDI, em Figueira de Castelo Rodrigo e apresentação pública do modelo de Cogestão do Parque.

-----Depois em relação às agendas da Senhora Vereadora e do Senhor Vereador, se fizerem o favor, Senhora Vereadora Márcia, 16 de fevereiro uma reunião com Helder Aldey em relação à temática “origem Mogadouro” e “Promoção do Território e Valorização dos produtos regionais, no dia 2 de abril, na casa das Artes, presença na apresentação do projeto da Bio-região, como estratégia do modelo de produção biológica, iniciativa da AMBS. -----

----Em relação ao Senhor Vereador Sebastião, temos aqui uma questão que eu queria que nos esclarecesse sobre a reunião que teve no dia 29 de março de apresentação de plataforma digital, relacionada com o cadastro simplificado”. -----

► **PRESIDENTE DA CÂMARA** interveio para informar que: “ vocês muitas vezes não se apercebem, mas às vezes há reuniões de fachada, como o Governo estava de saída o Senhor Ministro não veio, veio a Senhora Secretária de Estado do Ambiente, e então trazia, eu nem sei se deva dizer isto aqui, mas a verdade é esta, é que trazia uns contratos iguais para todos, para fazer que assinávamos o contrato daquele milhão e meio de euros para os projetos do Fundo ambiental, foi isso que fomos lá fazer, embora o que assinámos, ser só fachada, porque isso foi feito à posteriori, depois a assinatura desses financiamentos. Ainda nesse dia assinatura do acordo de colaboração relativo ao projeto de museologia do futuro museu etnográfico, com o IPB, em Mogadouro, isto foi um protocolo, porque a secretaria de estado da cultura que quis elaborar o projeto, isto já há uns anos atrás do centro do museu etnográfico de Mogadouro nas casas cedidas



pelo Doutor Alves, e que nós na altura já tínhamos pago a um técnico para elaborar o projeto de arquitetura desse museu. Voltamos a pegar nisso mas exigem que para avançar com a parte das especialidades se faça primeiro o estudo museológico do que queremos lá pôr, portanto fizemos um protocolo nesta medida com o IPB de Bragança em que uma técnica já está a trabalhar com o nosso arqueólogo para fazer justamente os estudo museológico do que pretendemos para o museu etnográfico a localizar junto ao castelo de Mogadouro. -----

-----Eu quando digo que não tem materialidade, mesmo o do Justino que já foi a tribunal e há um recurso, houve uma tentativa de acordo por cento e trinta ou cento e trinta e dois mil euros, mesmo esse, para um gabinete de advogados que se paga dessa maneira, na minha perspetiva é muito reduzida, mas muito bem, o Executivo recorreu, a Câmara não tem que gastar mais nada com esse processo uma vez que já está o recurso feito, aguardamos a decisão do tribunal, já houve uma pronuncia em que deu parte da razão a ele e parte à Câmara, portanto vamos ver agora que tipo de indemnização, penso que isto se prende com o seguinte, se o tribunal entender que à data que a Câmara tomou posse do terreno era rústico tem um preço, se considerar que é urbano terá outro, mas aboliu aquela obrigatoriedade de dizer que a sentença que tinha havido aqui no mínimo eram cento e trinta mil, isso desapareceu, presumo que seja para baixo, está a correr, se o tribunal se pronunciar no recurso que temos que pagar x, a Câmara pagará e acabou, ou analisará e procederá a novo recurso, vamos ver”. -----

► **MÁRCIA BARROS** interveio e disse: “relativamente à minha agenda e antes de mais nada, tenho um pedido de desculpas a fazer relativamente a uma gralha que surge logo a partir da quarta entrada em que concelho, aparece com s e não com c como anteriormente, isto foi feito pelo Senhor secretário, as outras passaram por mim, esta infelizmente acabou por não passar por uma questão de tempo útil, mas não se repetirá podem ter a certeza, nessa senda também aquilo que acontece é que depois as entradas falha aqui alguma informação e nesta de 16 de fevereiro quando diz reunião com o Hélder, não é Aldez, é o Hélder Valdez, esta não é a temática, foi a plataforma que em principio virá a substituir a venda de



produtos de Mogadouro On, é toda uma outra dinâmica, toda uma outra plataforma que pretende a venda dos produtos locais endógenos, mas há outros espaços que estão abertos, como sendo, se levantar os produtos vai ser diretamente no produtor que também é uma forma de dinamizar mais as vendas e conhecer o território e explorar, ou serão feitos os levantamentos na ACISM, ou será enviado diretamente a quem compra, depois também havia outros problemas como as comissões, se vai haver comissão pela ACISM se não vai e voltando à casa das associações, esse comércio de produtos endógenos também estará ali, tem aquela banca, até fazer ali quase uma mini lojinha e ao fim de semana aquilo que se pretendia era que aquilo estivesse aberto, esta não é uma temática, é sim a plataforma, origem Mogadouro, todos os produtos que ali forem registados na plataforma têm origem em Mogadouro, será o selo, a imagem de marca, esta questão aqui era essa, que é promoção e valorização dos produtos regionais. -----
-----O outro evento que vocês aqui dizem foi pela iniciativa da Associação de Municípios do Baixo Sabor, foi todo um dia de atividades com o Senhor Presidente internacional, um italiano, desculpem-me mas não tenho presente o nome, dois Senhores italianos que vêm da associação internacional das Bio regiões, eu não me pude juntar a eles logo pela manhã nesse dia, mas também estive mais ou menos em representação do Município, fui a Freixo assistir a um jogo do Clube Académico, mal cheguei juntei-me a eles, almocei com eles e de tarde fomos visitar aquilo que se pretende Bio regiões, visitámos um olival no Santo André, olival que está no regime biológico e de tarde fomos ao Felgar, onde visitámos um amendoal também biológico, depois de fazer quarenta minutos em terra batida, depois de termos dito entre nós os Portugueses, com Alfândega e Moncorvo que se calhar não precisávamos ter ido tão longe, era até um licenciado na área com pós graduações em plantações, acho que ficaram muito satisfeitos, eu acho que a nossa região já é uma Bio região, isto das Bios regiões, e o que é biológico e o que não é biológico, todos nós sabemos que tem aqui outras voltas, mas penso que correu muito bem, ainda não houve feedback da parte deles, acho que foi um dia que correu muito bem, com um lanchinho nos Lagos do Sabor e tudo. Bio região mais do que valorizada e promovida, será mais uma outra forma de valorizarmos



o território, será mais um selo, mais uma imagem de marca e que nos distingue, sobretudo é isso que nos interessa, distinguir o território e marcar a diferença pela qualidade”. -----

► **ANTÓNIO SEBASTIÃO** interveio e disse: “ com referência à reunião que tive por causa do cadastro, ao fim ao cabo era uma empresa que queria falar sobre o cadastro, queria fazer o cadastro para o concelho, a ideia que eles trouxeram era uma ideia ótima para outro concelho, não para o nosso porque não sei se a maior parte de vós conhecem, nós já temos esse cadastro, e aquilo que eles nos vinham vender era aquilo que nós já temos, foi uma coisa que não se aceitou, era uma empresa que queria reunir, achei de bom senso reunir com eles, falei com o Presidente e com a Vereadora, era uma situação que para nós não representava nada porque com certeza nós já temos melhor, eles vinham apresentar-nos um estudo com base no mapa dos subsídios, digamos assim, e aquele que nós temos além de estar um bocado desatualizado e seria bom atualizá-lo, que não é fácil, mas nunca aquilo que nos vinham vender, seria uma ideia ótima para qualquer um dos onze concelhos, para nós não”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** retomou os trabalhos no ponto “2.2 - Gabinete do Presidente - Proposta – Procedimento concursal para provimento do cargo de direção intermédia de 2º grau, chefe de divisão da DOTU – Divisão de Ordenamento do Território e Urbanismo - Análise e deliberação.”. -----

► **PRESIDENTE DA CÂMARA** interveio para informar que: “isto resulta também da reestruturação orgânica da Câmara em que é obrigatório também que a Assembleia se pronuncie, e o que aqui se pede para além dos considerandos que com certeza já leram, aquilo que face ao exposto se propõe nos termos do disposto nos números 1,2 e 3 do artigo 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, seja submetida, para designação pela Assembleia Municipal, a seguinte proposta de composição do júri do procedimento concursal para provimento do cargo de Direção Intermédia de 2.º grau (Chefe de Divisão) da Divisão de Ordenamento do Território e Urbanismo, isto foi aprovado em reunião de Câmara por maioria, com três votos a favor e duas abstenções. -----

-----Presidente – Jorge Manuel Jordão Afeto, (Chefe de divisão da



Câmara de torre de Moncorvo) -----

-----Vogais Efetivos – Maria José Miguel Lopes, (Chefe de Divisão de contratualização, Informática e Administrativa do Município de Mogadouro) e Abel Afonso Varandas, (Chefe de Divisão de Infraestruturas e Obras Municipais do Município de Mogadouro) -----

-----Vogais Suplentes – Carlos Alberto Raposo Fernandes, (Chefe de Divisão da Câmara de Miranda do Douro) e Fernando Jorge Oliveira da Silva, (Chefe de Divisão da Câmara de Miranda do Douro) -----

-----O que é obrigatório aqui nos termos que acabei de dizer é aprovar a composição do júri”. -----

-----Não havendo inscrições para discutir o ponto, o Presidente da Assembleia colocou-o a votação. -----

-----Aprovado por maioria, com (0) zero votos contra, (15) quinze abstenções e (25) vinte e cinco votos a favor. -----

-----Passando ao ponto **2.3 - Gabinete do Presidente - Proposta – Procedimento concursal para provimento do cargo de direção intermédia de 3.º grau da UOF – Unidade Orgânica Financeira - Análise e deliberação.** -----

► **PRESIDENTE DA CÂMARA** usou da palavra e disse: “como tinha dito também da passagem da parte administrativa da DAF para a contratualização, entendemos criar uma Unidade Orgânica Financeira de 3.º grau que é isto que aqui se propõe. Nos termos do disposto nos números 1,2 e 3 do artigo 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, na sua redação atual, seja submetida, para designação pela Assembleia Municipal, a seguinte proposta de composição do júri do procedimento concursal para provimento do cargo de Direção Intermédia de 3.º grau da Unidade Orgânica Financeira, a saber:-----

-----Presidente – Sónia Cristina Morgado Faustino, (Dirigente Intermédia de 3.º grau da Câmara de torre de Moncorvo) -----

-----Vogais Efetivos – Maria José Miguel Lopes, (Chefe de Divisão de contratualização, Informática e Administrativa do Município de Mogadouro) e Abel Afonso Varandas, (Chefe de Divisão de Infraestruturas e Obras Municipais do Município de Mogadouro) -----

-----Vogais Suplentes – Carlos Alberto Raposo Fernandes, (Chefe de

Divisão da Câmara de Miranda do Douro) e Fernando Jorge Oliveira da Silva, (Chefe de Divisão da Câmara de Miranda do Douro)”. -----

-----Não havendo intervenções o Presidente da Assembleia colocou a votação. -----

-----Aprovado por maioria, com (0) zero votos contra, (15) quinze abstenções e (25) vinte e cinco votos a favor. -----

► **JORGE DIAS** justificou o sentido de voto: “isto advém e é subseqüente da Assembleia anterior onde foi aprovada a reorganização dos serviços da autarquia em que nós fomos contra o desmantelamento da DAF”. -----

-----Prosseguimos os trabalhos passando ao ponto **2.4 – Divisão de Contratualização, Informática e Administrativa - Mapa de Pessoal – Alteração das Unidades Orgânicas e Integração do Pessoal não Docente das Escolas - Análise e deliberação.** -----

► **PRESIDENTE DA CÂMARA** usou da palavra e disse: “como sabem esta já foi uma obrigação, nem foi uma negociação, tivemos que receber o pessoal auxiliar e os assistentes técnicos do agrupamento de escolas, como tal teve que se proceder à alteração do mapa de pessoal da Câmara, que como podem ver, providos passou para 228 funcionários e o que se propõe é submeter para aprovação um novo Mapa de Pessoal nesta Assembleia Municipal nos termos do disposto da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º e da alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º, ambos do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações. Eles vieram para nós, dizer só aqui que apesar de serem funcionários da Câmara a gestão destes funcionários continua a ser feita por parte da direção do Agrupamento de Escolas, nós só poderemos mexer naqueles que viermos a contratualizar à medida que se vão reformando, à medida que for havendo necessidades, aqueles que a Câmara vier a colocar a partir deste momento no agrupamento de escolas, nessa altura eles têm uma dependência superior da Câmara. Os que estão mantêm-se funcionários da Câmara geridos por eles, a única vantagem que tiveram também, foi que em vez de receberem ao dia 23, passam a receber ao dia 20”. -----

-----Não havendo intervenções o Presidente da Assembleia colocou a votação. -----

-----Aprovado por unanimidade. -----



-----Passamos ao ponto **2.5 - Divisão de Contratualização, Informática e Administrativa – Regulamentos - Análise e deliberação:** -----

-----**2.5.1 – Regulamento de Incentivo à Recuperação do Património Edificado Concelhio (RIRPEC),** -----

-----**2.5.2 – Regulamento Municipal de Habitação Social,** -----

-----**2.5.3 – Regulamento Interno para Atribuição de pré-reforma aos trabalhadores do Município de Mogadouro,** -----

-----**2.5.4 – Regulamento de Apoio ao Investimento e Criação de Emprego do Município de Mogadouro,** -----

-----**2.5.5 - Regulamento da Escola Municipal de Atletismo de Mogadouro.** -----

-----Este ponto contempla um conjunto de regulamentos, serão debatidos de uma forma conjunta e depois serão votados individualmente cada um deles. -----

► **PRESIDENTE DA CÂMARA** usou da palavra e disse: “eu queria aqui como uma espécie de introdução reconhecer o contributo prestado pelos funcionários da autarquia para que num curto espaço de tempo, em menos que meio ano, conseguirmos elaborar um volume tão grande de regulamentos que poderão ser criticáveis, poderemos até eventualmente constatar que não respondem cabalmente às solicitações dos Municípios, mas foi aquilo que nós entendemos, cumpriram-se as formalidades, foram sujeitos a discussão pública, há aqui contributos que foram registados e assimilados, mas sem dúvida nenhuma que só graças ao esforço dos funcionários foi possível dar conta do recado e termos nesta altura prontos praticamente todos os regulamentos que permitem à Câmara funcionar, mas poderão aparecer mais, aparecem todos os dias regulamentos novos, não estranheis que amanhã ou passado apareça mais um da igualdade, ou doutras situações para as quais somos sempre solicitados. -----

-----O que está aqui em causa trata-se do Regulamento de Incentivo à Recuperação do Património Edificado Concelhio (RIRPEC); -----

-----Regulamento Municipal de Habitação Social; -----

-----Regulamento Interno para atribuição de pré-reforma aos trabalhadores do município de Mogadouro; -----

-----Regulamento de Apoio ao Investimento e Criação de Emprego do Município de Mogadouro; -----

-----Regulamento da Escola Municipal de Atletismo de Mogadouro; -----

-----Com certeza leram, eu também não os tenho todos presentes na cabeça, sei que o Regulamento de Incentivos à Recuperação do Património

edificado Concelhio, a ideia é apoiar o edificado tradicional em todo o concelho, creio que tem o limite de 15% sobre o valor do investimento realizado, os métodos de controle e de apresentação estão definidos aqui, parece-me um valor aceitável e é um contributo grande para quem pretende aceitar um património que está a degradar-se, quer nas aldeias, quer na vila, depois aqueles pormenores que constam do regulamento, se houver alguma alteração pois futuramente far-se-á. -----

-----O Regulamento Municipal de Habitação Social, era um regulamento que já vinha do Executivo anterior, que tivemos que terminar, foi um dos serviços que o anterior Executivo solicitou ao gabinete de advogados de Lisboa, do qual se pagou também, mas que tivemos que completar fazendo os anexos que eles não tinham apresentado, apenas complementámos esse regulamento. -----

-----Regulamento de Apoio ao Investimento e Criação de Emprego do Município de Mogadouro, também é muito claro, está definido quem tem acesso, mantemos o apoio dos cinco mil euros definido naquelas condições que estão no regulamento e associamos para a criação dos postos de trabalho com contrato sem termo também aos empresários, digamos a retribuição da componente que eles pagam sobre esses trabalhadores para a segurança social, dos 23.75, creio que é esse o valor. -----

-----Em relação ao regulamento da escola de atletismo, a proposta sofreu algumas correções porque entendemos que a base não estava muito explícita, informava ali algumas decisões que também não eram corretas, nem legais, há coisas que pertencem à Câmara, que pertencem a determinados órgãos, foi isso que se alterou aqui. Diz aí, onde se lia Regulamento da Escola de Atletismo Municipal de Mogadouro, passa a ler-se Regulamento da Escola Municipal de Atletismo de Mogadouro. -----

-----Justificação – o adjetivo municipal é uma característica relativa à escola, e não ao atletismo. A forma original está incorreta do ponto de vista gramatical e do ponto de vista da semântica. Tendo alterado a designação do regulamento tornou-se necessário alterar a sigla da escola, assim: onde se lia: “EAMM” passa a ler-se: “EMAM”. -----

Foi reformulado o preâmbulo, de forma a definir de forma mais clara os fundamentos da criação deste Regulamento e os seus objetivos no âmbito da gestão da Câmara Municipal. Foi acrescentada alínea e) ao ponto 3 do artigo 2.º, com a seguinte redação: -----

-----e) Nomear o Diretor da EMAM, mediante despacho que indique as condições de exercício das suas funções, nomeadamente, relativamente a competências, horário de trabalho e duração do exercício de funções. -----

Beh

-----Foi eliminada a anterior alínea k) do ponto 4 do artigo 2.º, com a seguinte redação: -----

-----k) Definir os requisitos para a contratação do pessoal docente. -----

-----a anterior alínea l) passa a ser a atual alínea k) -----

-----a anterior alínea m) passa a ser a atual alínea l)-----

-----a anterior alínea m) fica extinta. -----

-----informa-se ainda que, nos termos da alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º conjugado com a alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º ambos, do anexo 1, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações, deverá a Excelentíssima Câmara Municipal, também deliberar, caso assim o entenda submeter à aprovação da Assembleia Municipal os regulamentos suprarreferidos. -----

-----O que se propõe é a aprovação dos regulamentos que vos acabei de descrever”. -----

► **JORGE DIAS** usou da palavra e disse: “na generalidade li os regulamentos, eles também estiveram em consulta pública, senão houve mais participação a culpa é nossa, eu digo mea culpa no sentido de não ter dado uma achega e ter participado mais nesta questão da projeção e da elaboração dos regulamentos, no entanto e fazendo mea culpa vou-me virar ali para a Senhora Vereadora da educação porque este tem a ver com a educação, que é o último regulamento que é da escola municipal de atletismo, não estou contra a sigla, a sigla é uma questão semântica, no entanto sobressaíram-me ali alguns aspetos que passo a ler: assumindo desde já o meu desleixo gostaria de dizer que em relação ao Regulamento Municipal da Escola de Atletismo de Mogadouro, sendo o desporto um elemento fundamental da educação, tendo o Município Professores de Educação Física e desporto no seu quadro, existindo como sabemos, condições físicas e estruturais, para a prática do atletismo e tendo como intuito principal cativar pessoas para esta escola, não vejo porque é que os alunos terão que pagar joia e mensalidade, não percebo, se existem apoios para outros clubes e associações, então apoie-se o desporto em geral”. -----

► **PRESIDENTE DA CÂMARA** usou da palavra e disse: “só para dizer o seguinte, este regulamento aparece no sentido de permitir à Câmara poder, pelo menos foi a perceção com que eu fiquei daquilo que os técnicos do desporto me apresentaram a mim e à Vereador, para não sermos obrigados a recorrer a outras associações para podermos ter modalidades federadas, creio que o objetivo no fundo é esse, o pagamento aqui é o menos importante, se está cá, porque eu nem vi se está cá”. -----

-----Não havendo mais intervenções o Presidente da Assembleia colocou



a votação os regulamentos, de forma individual como já tinha referenciado.

-----2.5.1 – *Regulamento de Incentivo à Recuperação do Património Edificado Concelhio (RIRPEC)*. -----

-----Aprovado por unanimidade. -----

-----2.5.2 – *Regulamento Municipal de Habitação Social*. -----

-----Aprovado por unanimidade. -----

-----2.5.3 – *Regulamento Interno para Atribuição de pré-reforma aos trabalhadores do Município de Mogadouro*. -----

-----Aprovado por unanimidade. -----

-----2.5.4 – *Regulamento de Apoio ao Investimento e Criação de Emprego do Município de Mogadouro*. -----

-----Aprovado por unanimidade. -----

-----2.5.5 - *Regulamento da Escola Municipal de Atletismo de Mogadouro*. -----

-----Aprovado por unanimidade. -----

-----Passamos ao ponto que mais caracteriza e marca esta sessão -----

-----2.6 – *Unidade Orgânica Financeira (Unidade Orgânica Flexível de 3º Grau) – Apresentação dos documentos de Contas Relativos ao Ano Financeiro de 2021 – Relatório e Parecer do Revisor Oficial de Contas - Análise e deliberação*. -----

► **PRESIDENTE DA CÂMARA** usou da palavra e disse: “nós vamos ter aqui dois documentos em causa, vamos ter o relatório e parecer do Revisor Oficial de Contas e vamos ter o relatório e contas de 2021, ora como é compreensível que assim seja, a grande responsabilidade destas contas é até setembro, é até ao final do ano, mas parte da responsabilidade é do Executivo anterior e parte da responsabilidade do atual Executivo, eu dir-vos-ei aquilo que disse à Câmara Municipal, em que apresentei o documento de prestação de contas relativo ao ano financeiro de 2021, trata-se de uma gerência repartida, uma vez que este Executivo é responsável apenas por pouco mais de dois meses, limitando-se a dar continuidade ao orçamento e Plano de Atividades aprovado pelo Executivo anterior cujos dados passo a enumerar, o valor do orçamento previsto e aprovado no anterior período foi de € 23.761.792,00 e nesse orçamento estava prevista uma despesa corrente de € 12.942.038,78 e foi executada € 12.825.617,35, na de capital um pouco inferior, enquanto que na corrente houve uma execução de 99,10% , como é normal que assim seja, na de capital teve uma execução de 73,20%, portanto havendo um saldo da gerência do ano 2020 para o ano 2021 de € 4.392.652,46. Em termos de despesa corrente prevista era de € 10.925.000,00, executada € 9.



463.192,81, o que dá uma percentagem de 86,62%, de capital havia a previsão de € 12.836.792,00, foi executada € 7.053.445,21, que dá uma percentagem de 54,95%, transitando para 2022 um saldo de € 5.404.064,69, como depois adiante vamos ver este saldo é uma das alterações que vem aqui também para aprovar porque ele depois tem que ser enquadrado também a seguir. -----

-----Fundos comunitários recebidos em 2021 € 2.574.721,43, são os elementos mais relevantes. -----

-----Despesas totais com o pessoal € 3.631.532,64, de 183 trabalhadores, já viram há bocadinho que passamos para 228 com os das escolas, e também já tinha referido que quando o PSD saiu, que eram 131, portanto estamos a progredir bem também nessa medida. Portanto sendo assim há um saldo orçamental de € 5.404.064,69, é bom também que se compreenda porque é que isto acontece, porque foram lançadas obras e hoje uma obra antes e ser lançada tem que ser cabimentada, tem que haver fundos disponíveis e que ficam alocados a essas obras, portanto fosse porque razões fosse, por motivos da pandemia ou porque foram lançadas tarde, a verdade é que a execução, algumas delas estava num estado embrionário, como era o caso da cantina, como era o caso do próprio EPVARA, e como é o caso de Castelo Branco, o que estava mais adiantado era Meirinhos, mas a verdade é que esse dinheiro não transitou para este Executivo gastar à vontade como se possa pensar, este dinheiro está ali, está alocado às obras para que foi cabimentado. -----

-----De resto referir transferências para as entidades, que também são componentes importantes, houve uma transferência para as freguesias € 435.310,94, instituições e associações, onde se inclui Misericórdia e outras associações de carácter social € 484.658,78, apoio a famílias e ao emprego durante este período € 549.912,92 e também transferências para as associações de Municípios, penso que o grosso é com o pagamento dos resíduos € 556.994,43. -----

-----É de realçar, como já referi, a execução do PPI foi de € 6.422.533,00 com uma taxa de execução de 53,45%, amortizações e empréstimos € 250.733,00, dívida de empréstimos no final de 2021 era € 216.505,60, também no apoio à compra de medicamentos, 60 pessoas, no valor de € 13.945,00, deslocações ao IPJ € 55.795,00, apoio na sanidade animal € 88.053,34, passando apenas uma dívida flutuante de € 34.188,00 que são aquelas faturas que ainda não entraram, que estão em trânsito. -----

-----Por outro lado a despesa relacionada com o cancelamento da realização das atividades culturais e desportivas que foi praticamente nula,

mas muita dessa verba foi canalizada para o apoio às famílias com as campanhas de apoio ao comércio local e a atribuição de cabazes, entre outras. -----

-----Como já referi registou-se um atraso significativo na execução de obras municipais, o que originou a elaboração de um orçamento e PPI de continuidade e destinado ao pagamento de obras lançadas, não podemos também passar ao lado, com certeza lançadas à pressa, e é isto, se as obras não foram feitas levou a um menor recebimento de fundos comunitários e tudo isto é uma engrenagem quem tem que funcionar, mas grosso modo é isto que eu posso dizer. -----

-----Sobre o relatório e já agora aproveitar também e ler-vos apenas a conclusão do auditor que é sempre importante, diz o relatório e parecer do Revisor Oficial de Contas, que também tem que ser posto para aprovação. -

-----“No decorrer do trabalho efetuado não detetamos qualquer situação que ponha em causa o cumprimento da legalidade, quer em relação às leis aplicáveis, quer em relação ao orçamento e plano aprovados pela Assembleia Municipal. -----

-----Em nossa opinião o relatório e contas apresentado pelo Município de Mogadouro, tendo em atenção a Certificação Legal das Contas e o Relatório Anual do Auditor Externo, apresenta de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira do Município e o resultado das suas operações. -----

-----Aproveitamos, ainda, a oportunidade para agradecer a colaboração prestada por todos os serviços do Município e designadamente do pessoal da Divisão Administrativa e Financeira. -----

-----O relatório diz isto, mas dizem-nos quase todos, há situações que eu não vou referir aqui, mas que já falamos hoje que com certeza o auditor não teve acesso, porque se tivesse tido acesso teria que ter referido aqui, mas elas também já são conhecidas de todos vós”. -----

► **MANUEL LOBO** interveio e leu a seguinte intervenção: “*Relativamente ao relatório de contas verificamos um saldo negativo, assinalado pelo ROC, de 1.800.000 euros, pergunto ao que atribuem esta imparidade neste exercício. Registo alguma preocupação do ROC com os litígios existentes e com a questão das águas do norte mas, no geral creio que o município tem gerido bem estas situações. O que há a pagar, e onde foi feito procedimento se pague, o que não há, que volte para trás.* -----

INEXISTÊNCIA DE PASSIVOS FINANCEIROS RELEVANTES E REDUÇÃO ACENTUADA DA DÍVIDA-----

António Martins
Preh

Assim, fica demonstrado, de forma cabal a boa gestão que receberam do executivo anterior, traduzida por uma diminuição de 5 m de euros de dívida para 200.000 euros, prazo médio de pagamentos a fornecedores de dias e com disponibilidades de tesouraria a rondar os 6,7 m a 8 de março de 2022.-----

Tomamos em boa nota as obras do executivo anterior que têm continuidade e que têm destaque no documento de prestação de contas, como a piscina coberta, parque das feiras, EPVARA, Bairro social, ETAR Mogadouro, entre outras. De assinalar também o esforço pela recuperação da atividade do CIMR, com um aumento assinalável da atividade e do número de visitantes, lanço o repto que este executivo mantenha todos os elementos da atual equipa que contribuíram para esta dinâmica. -----

► **ANTÓNIO MARTINS** usou da palavra e disse: “muito rapidamente fazer alguns comentários sobre o ponto em causa se bem que eu acho e é a minha opinião pessoal, mas sei que também é de mais alguns elementos desta Assembleia, acho que é um contrassenso aquilo que estamos a fazer com a aprovação deste ponto, ou com a votação, quando muito as contas deviam vir aqui para conhecimento, quem somos nós afinal , e eu falo por mim, cada um fala por si, salvo raras exceções, penso que não haverá muitas pessoas aqui que tenham conhecimentos técnicos para poder dizer se as contas estão bem, ou estão mal, agora , e penso que isto que é novo, pelos menos não me recordo no passado de vir aqui também o relatório do técnico de contas que diz que de facto as contas estão em conformidade, portanto podem ser aprovadas, bastaria ler esta parte para termos um argumento mais do que válido para votar favoravelmente as contas, não as votando também estaríamos a passar um atestado de incompetência aos técnicos do Município que as elaboram e penso que não é isso que acontece, bem pelo contrário, acho que o Município está bem dotado de pessoas altamente competentes e é da história que penso que nunca houve problemas com as contas do Município, senão o tribunal de contas seria o primeiro a insurgir-se sobre elas, mas é da Lei, têm que ser votadas por nós, é por isso que aqui estamos e quanto a isso penso que não restará dúvidas até porque como o Senhor Presidente já disse foi uma gestão e dividida, com cerca de nove ou dez meses de gestão socialista e dois meses de gestão do PSD. Em relação a essa gestão referir e penso que é isto que importa aqui e que salta mais à vista, é que em cerca de dois meses de gestão do PSD conseguiu obter uns rácios de exequibilidade de cumprimento do PPI, creio que até ligeiramente superior ao dos meses da gestão do PS, ora isto para um Executivo que acaba de entrar enquanto toma posse e não toma e se



inteira dos assuntos em causa penso que é muito bom, no geral e apesar de ser um ano de pandemia que obviamente não nos podemos dissociar disso, mas há aqui pontos que se calhar a pandemia não teve assim tanta influência como isso, nomeadamente nas obras, até porque houve concelhos que conseguiram apesar da pandemia aumentar o grau de execução na parte das obras, dizia eu que um PPI com uma exequibilidade de 53, 45% parece-me demasiado pouco, aliás nos mandato em que eu cá estive no passado, de 2013 a 2017, esta era uma imagem de marca dos Executivos do PS, era uma baixíssima taxa de execução, temos que admitir que tanto na parte da despesa de capital, taxas de execução a rondar os 50% são de facto muito baixas e esta qua aqui nos é apresentada de 53, 45% em ano de eleições, em final de mandato, onde normalmente estas taxas de execução são sempre levadas, esta parece-me de facto que ficou muito aquém, e nem aquelas obracinhas de última hora, aquele alcatrão de última hora conseguiu salvar aqui a honra do convento. Foi também aqui já dito que foi reduzida a dívida desde que o Executivo Socialista pegou na Câmara em 2013, até agora, neste oito anos, pudera, pelo menos no mandato de 2013 a 2017 não me recorde que o Executivo tivesse recorrido alguma vez a algum empréstimo, penso que neste último também não, não tive conhecimento, é óbvio que a Câmara como pessoa de bem tem que pagar todos os meses os compromissos que tem com a banca e se não fazem novos empréstimos, os que lá estão automaticamente vão-se reduzindo, que é o lógico, mas o não recorrer a novos empréstimos para mim não é motivo de boa gestão, é motivo de desleixo, é motivo de inoperância, porque os empréstimos a que a Câmara recorre são afinal o quê? Na maioria dos casos ou na quase totalidade são para financiar a parte não financiada em termos de projetos europeus, havia inclusive alguns projetos no passado em que era obrigatório mesmo que a Câmara recorresse a esses financiamentos para complementar o pagamento das referidas obras, lembro-me que na altura havia o BEI, Banco Europeu de Investimentos, não sei se agora ainda existe, que funcionava dessa forma. O ponto é este, temos que votar as contas, da nossa parte votaremos obviamente a favor, porque não temos motivos para proceder doutra forma". -----

-----Não havendo mais intervenções o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

-----O ponto foi aprovado por unanimidade. -----

-----Passamos à análise do ponto 2.7, 2.8 e 2.9 que depois serão votados em separado -----



-----2.7 - *Unidade Orgânica Financeira (Unidade Orgânica Flexível de 3º Grau) – 1ª Alteração modificativa ao orçamento da receita do ano 2022 - Análise e deliberação.* -----

-----2.8 - *Unidade Orgânica Financeira (Unidade Orgânica Flexível de 3º Grau) – 1ª Alteração modificativa ao orçamento da despesa do ano 2022 - Análise e deliberação.* -----

-----2.9 - *Unidade Orgânica Financeira (Unidade Orgânica Flexível de 3º Grau) – 1ª Alteração ao Plano de Investimentos do ano 2022- Análise e deliberação.* -----

► **PRESIDENTE DA CÂMARA** interveio para esclarecer o seguinte: “a alteração ao Plano de Investimentos do ano 2022 fez-se essencialmente por causa de uma obra que tem a ver com a terraplanagem da zona industrial, como houve aqui uma demora imensa do tribunal de contas que procurou várias vezes explicações, o cronograma da obra transita para 2023 e o orçamento não previa uma verba para esse período correspondente do cronograma para 2023, de maneira que, para nós podermos responder já amanhã e pretendemos fazê-lo, desde que tenhamos a certidão da minuta da ata, portanto responder-se-á ao tribunal de contas para a empresa que ganhou poder avançar. Também aproveitando esta situação inclui-se aqui a solução de um problema que é também de solução fácil e que devemos avançar, que é fazer a adutora de Paradela ao Salgueiro, para poder dar água de qualidade ao Salgueiro, aproveitou-se e meteu-se aqui € 42.400,00, claro que isto teve que se tirar de outro lado, embora se possa vir a meter novamente, mas para já tivemos que retirar de duas rubricas, arruamentos no concelho e no quiosque, porque ainda vai demorar algum tempo, portanto ainda temos tempo de depois planear isso. Por outro lado reforçamos também uma obra que nos parece fundamental e que muito vai facilitar a vida de Professores, Pais e alunos, que é o arruamento que vai do Bairro do Valado ao Complexo Desportivo em que tivemos que dotá-la aqui também para 2023, para podermos abrir o concurso, é uma obra que fica cara com € 174.000,00. Isto em relação à alteração ao Plano de Investimentos para o ano de 2022, como já disse há bocado, transitou um saldo do orçamento de quatro milhões e tal, ora nós não podíamos empolar o orçamento e de vinte e três milhões passar para vinte e sete milhões, não era correto, não era justificável, portanto apenas fizemos aqui alteração modificativa ao orçamento da receita do ano de 2022 em que apenas aumentamos um milhão de euros porque temos justificação para isso, porque também vamos receber da DEGEST o dinheiro relacionado com a transferência de funcionários, de maneira do que aí se põe é a integração do



saldo da gerência anterior, abate na receita, fomos retirar aquilo que era previsível dos fundos comunitários porque como sabeis isso é sempre feito em todos, há sempre a expectativa maior do que aquela que por vezes acontece, mas se acontecer podemos sempre fazer uma alteração em sentido contrário. Mas para podermos preservar o orçamento da Câmara dentro de parâmetros exequíveis em que as taxas de execução, porque também é obrigatório, a Lei obriga em que não haja uma percentagem, que eu agora não tenho de cabeça presente, em dois anos consecutivos, há uma limitação qualquer, temos que fazer orçamentos compatíveis também com a Lei, portanto sendo assim aquilo que se propõe é que o orçamento total passe para € 24.543.279,00, apenas mais um milhão de euros que tem a ver com aquilo que em princípio será transferido da DEGEST, do Ministério da Educação para a Câmara Municipal, portanto se num lado aparece a receita, do outro lado aparece a despesa, que é a escola, pessoal € 754.000,00, bens e serviços e € 246.000,00 e aparece também aqui a tal adutora que foi incluída com € 42.000,00 de Paradela ao Salgueiro. Grosso modo este três documento é isso que traduzem, embora sendo votados individualmente”. -

► **FRANCISCO TELO** usou da palavra e disse: “neste ponto eu queria agradecer aqui ao Município a verba que vai conseguir disponibilizar para resolver o problema da água com o salgueiro, também era uma promessa eleitoral nossa e agora congratulo-me com esta decisão do Município, uma vez que temos lá uma agroindústria, também tínhamos encaminhado e agora serviu de resposta ao nosso ofício, datado salvo erro de março, agradeço então a preocupação do Município”. -----

-----Não havendo mais intervenções o Presidente da Assembleia colocou os pontos a votação: -----

-----**2.7 - Unidade Orgânica Financeira (Unidade Orgânica Flexível de 3º Grau) – 1ª Alteração modificativa ao orçamento da receita do ano 2022 - Análise e deliberação.** -----

-----Aprovado por unanimidade. -----

-----**2.8 - Unidade Orgânica Financeira (Unidade Orgânica Flexível de 3º Grau) – 1ª Alteração modificativa ao orçamento da despesa do ano 2022 - Análise e deliberação.** -----

-----Aprovado por unanimidade. -----

-----**2.9 - Unidade Orgânica Financeira (Unidade Orgânica Flexível de 3º Grau) – 1ª Alteração ao Plano de Investimentos do ano 2022- Análise e deliberação.** -----

-----Aprovado por unanimidade. -----

-----Passando ao ponto **2.10 - Minuta de Contrato Interadministrativo de**



delegação de competências da Câmara Municipal de Mogadouro nas Juntas de Freguesia / União de Freguesias do Município - Análise e deliberação. -----

► **PRESIDENTE DA CÂMARA** interveio neste ponto para dizer: “sobre este assunto constatamos que tínhamos necessidade de fazer aqui alguns reajustamentos, há aqui alguma coisa que não estava bem e de maneira que temos de procurar pôr as coisas de acordo com a Lei, eu como não sou Jurista, pedi a opinião do meu colega de Moncorvo que é Jurista para ver como é que ele estava a ultrapassar isto, porque em mandatos anteriores foram feitas transferências de competências para as Juntas, mas nunca foram consumadas, o que quer dizer que se estavam a fazer transferências de dinheiro com base em competências que no fundo nunca foram delegadas, continuavam da Câmara embora no papel dissesse o contrário, havia algumas incongruências neste aspeto, assim como nós entendemos fazer o primeiro pagamento ainda segundo o critério que vinha de trás porque não tivemos tempo de preparar, então o que o meu colega me disse é que o correto será fazer um contato interadministrativo, que é assim que se designa, segundo ele e outros entendidos também, com as Juntas de Freguesia em que realmente metemos aqui estas competências em que vamos aprovar também a minuta, a minuta no fundo deste protocolo de competências, no fundo vamos-lhe chamar contrato interadministrativo de delegação de competências da Câmara Municipal de Mogadouro nas Juntas de Freguesia / União de Freguesias do Município, que tem o teor que vocês com certeza leram, eu vou-me focar apenas nos valores que aqui estão para dar uma justificação, portanto até aqui a Câmara transferia para as Juntas € 20,00 por cada habitante, só que pegando nos valores dos censos, isso não atingiria os valores que estavam a receber até aqui, de maneira que nós aumentámos de € 20,00 para € 30,00 o valor a pagar por cada eleitor, à exceção de Bemposta que receberá € 35,00 porque tem escola, pavilhão e essas coisas, de maneira que com estes valores creio eu que ninguém perde dinheiro, aliás penso que dá um ligeiro aumento, ficará um total de € 439.436,00, que serão transferidos, mantemos a transferência que já foi feita, pagámos em fevereiro e em maio, se isto for aprovado por vocês, irá ser pago já de acordo com esta tabela. No fundo é isto que aqui está e que se propõe a aprovação, caso o entendam”. -----

► **ANTÓNIO MARTINS** interveio e disse: “em relação ao documento em si não tenho muito a dizer, apenas ressaltar que as freguesias vão passar a receber mais, o que é bom para nós, de qualquer forma queria deixar o alerta para agilizar este procedimento, se fosse possível ser enviado ainda

antes do final do mês, isto só já deve valer para as Assembleias de Freguesia que ainda não reuniram no mês de abril, por exemplo a minha tem a reunião marcada para o dia 30, se for possível nos dois dias que ainda restam mandar-nos a minuta deste protocolo para ainda podermos meter na agenda de trabalhos, porque caso contrário penso que as Assembleias de Freguesia terão que fazer uma reunião extraordinária para aprovar a minuta. -----

► **PRESIDENTE DA CÂMARA** interveio para esclarecer: “isto foi aprovado em reunião de Câmara, é aprovado em Assembleia Municipal, os Presidentes de Junta tem que aprovar em Junta de Freguesia e têm que aprovar em Assembleia de Freguesia, daí a pertinência daquilo que o Martins acaba de dizer, para não mexer muito com as vossas Assembleias, irá ser feito um esforço por mandar a certidão da deliberação para vocês poderem levar à reunião de Junta e Assembleias de Freguesia”. -----

-----Não havendo mais intervenções o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

-----Aprovado por unanimidade. -----

-----Seguimos para o ponto **2.11 - Divisão de Educação, Cultura, Ação Social e Turismo – Informação sobre a constituição do Conselho Municipal de Educação – Análise e deliberação.** -----

► **MÁRCIA BARROS** interveio para esclarecer: “o Conselho Municipal de Educação é composto por representantes de várias instituições e entidades do concelho, a cada um foi enviado um ofício, cada uma das entidades indicou quem seria o representante em cumprimento ao artigo 5.º do Regimento do Conselho Municipal de Educação e do artigo 58.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro e portanto vem aqui propor-se agora a composição do conselho Municipal: -----

-----Presidente da Câmara de Mogadouro – António Joaquim Pimentel; --

-----Presidente da Assembleia Municipal de Mogadouro – Vítor Manuel Parreira Batista; -----

-----Vereadora da Área da Educação – Márcia Paula Teixeira Barros; -----

-----Representante dos Presidentes da Junta de Freguesia – António Luís Bernardo Martins; -----

-----Diretor Regional de Educação do Norte – Sérgio Afonso; -----

-----Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional – Maria Lurdes Fernandes; -----

-----Diretora do Agrupamento de Escolas de Mogadouro – Irene Mafalda Eiriz Rocha; -----

-----Representante do Pessoal Docente do Ensino Secundário do



Agrupamento das Escolas de Mogadouro – Ângela Afonso; -----
-----Representante do Pessoal Docente do Agrupamento das Escolas do
Ensino Básico de Mogadouro – Graça Marcos; -----
-----Representante do Pessoal Docente da Educação Pré-Escolar – Ana
Maria Vilares; -----
-----Representante do Conselho Pedagógico – Luísa Maria Marcos; -----
-----Associação Mogadourense de Pais e Encarregados de Educação –
Luís Filipe Silva Parreira; -----
-----Associação de Estudantes da Escola Secundária de Mogadouro –
João Pedro Pinto; -----
-----Santa Casa da Misericórdia de Mogadouro – João Manuel dos Santos
Henriques; -----
-----Centro de Saúde de Mogadouro – Susana Maria Conde Fernandes; ---
-----Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social de Bragança –
Maria José Esteves Galvão; -----
-----Instituto de Emprego e Formação Profissional Centro de Emprego de
Macedo de Cavaleiros – Luís Filipe Pires Fernandes; -----
-----Instituto Português da Juventude-Delegação de Bragança – Paulo
Licos; -----
-----Guarda Nacional Republicana – Manuel Jesus Pino Lopes. -----
-----Compete agora à Assembleia aprovar o Conselho”. -----
-----Não havendo intervenções o Presidente da Assembleia colocou o
ponto a votação. -----
-----Aprovado por unanimidade. -----
-----Passamos ao ponto **2.12 - Designação de 1 (um) membro da
Assembleia Municipal para integrar a Comissão de Toponímia – Análise
e deliberação.** -----
-----Temos uma proposta apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD para
integrar esta Comissão, o nome é Ilídio Granjo Vaz. -----
-----Não havendo pedido de intervenções e uma vez que é indicado um
nome, vou colocar a votação a proposta de podermos votar por dedo no ar.
-----Aprovada por unanimidade. -----
-----Coloco agora o nome de Ilídio Granjo Vaz para integrar a Comissão
de Toponímia a votação. -----
-----Aprovado por unanimidade. -----
-----De seguida passamos ao ponto **2.13 - Designação de 1 (um)
Presidente de Junta para integrar o Conselho Cinegético e da
Conservação da Fauna Municipal – Análise e deliberação.** -----
-----Temos aqui uma proposta apresentada pelo Grupo Parlamentar do



PSD, que é António Amálio Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia de Azinhoso, que designamos de Proposta A. -----
-----A proposta do Grupo Parlamentar do PS propõe Silvina Nogueira Nunes Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Castelo Branco que designamos por Proposta B. -----
-----Neste caso a votação é por voto secreto. -----
-----Os Membros que estão on-line vão mandar a mensagem para os respetivos Líderes Parlamentares, que são quem representa o Grupo Parlamentar e o Líder Parlamentar votará formalmente em processo de votação secreta duas vezes, a cumplicidade aqui só é entre eles dois. -----
-----Coloco esta Proposta a votação. -----
-----Aprovada por unanimidade. -----
-----Portanto quem está on-line (Paulo Carvalho e António Frade), irão mandar um SMS para o Líder Parlamentar da sua bancada. -----
-----Vamos proceder então ao processo de voto secreto para o ponto 2.13, para esclarecer, **Lista A** - Proposta do PSD (António Amálio Oliveira) e **Lista B** - Proposta do PS (Silvina Nogueira Nunes Pereira). -----
-----Prosseguimos os trabalhos procedendo à chamada para a votação. ----
-----Vitor Manuel Parreira Batista, Jorge José Martins Dias, Sandra Cristina Mendo Moura, Manuel Luís Varandas, Anabela Mendes Pereira, Ilídio Granjo Vaz, Paulo Daniel Lopes Carvalho, Manuel José Cruz Duarte Lobo, Rui Manuel Felgueiras Mesquita, Paulo Ricardo Malta Coelho, Eliana Isabel Pereira Magalhães, Miguel Bruno Martins Delgado, Filipe Manuel Ribeiro Pires, Ana Cristina Nunes da Silva Barroco, Luís José Pinto Lopes, Rute Solange Quitério Rainha Pacheco, José Pedro Ovelheiro Amaro, Luís Filipe Marcos Castro, António Amálio Oliveira, António Luís Bernardo Martins, João Manuel Afonso Gerales, Silvina Nogueira Nunes Pereira, Carla Alexandra Reis Lousão, Daniel Barros Lagareiro em substituição do Senhor Carlos Alberto Telo Figueira, Presidente da Junta de Freguesia de Meirinhos, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 18 do anexo à Lei 75/2013 de 12 de setembro, José António Freitas, Francisco José Telo Afonso, Fernando Augusto Marcos, Teresa Maria Lopes Pera em substituição do Senhor Luís Pedro Martins Lopes, Presidente da Junta de Freguesia de Peredo da Bemposta, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 18 do anexo à Lei 75/2013 de 12 de setembro, Conceição Fernanda Marcelo Meirinho, Francisco Xavier Martins em substituição do Senhor Rui Manuel Pimentel Fernandes, Presidente da Junta de Freguesia de Saldanha, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 18 do anexo à Lei 75/2013 de 12 de setembro, Agostinho Joaquim Fernandes, Maria José



Ramos Fernandes, Ricardo André Ramos Marcos, Américo Rodrigues, Carlos Manuel Preto Alves, António Manuel Silva Frade e Ricardo Necessidade Cunha Garcia. -----

-----Foi justificada a falta aos membros Orlanda da Conceição Xavier Fitas Esperança, Ana Cristina Preto Fernandes, Belmiro Joaquim Mendes Ferreira, Amélia Maria Pereira Miguel Machado e Amílcar André Machado. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** interveio para informar “relativamente ao Presidente da Junta de Brunhoso, José Francisco Marcos Carrasco, na qualidade de Comandante dos Bombeiros Voluntários teve que se ausentar com urgência, eu sei que está a caminho, ele informou a Mesa. Entretanto já chegou e pode dirigir-se ao púlpito para justificar a sua ausência”. -----

► **JOSÉ CARRASCO** interveio para esclarecer “eu peço desculpa, mas a minha ausência durante este período é porque houve um excesso de serviço e ligaram-me da central para fazer regressar às suas habitações os doentes que tínhamos no centro de diálise, foi só por isso. Agradeço a toda a Assembleia”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** interveio e disse: “ são questões excepcionais, no dever que ocupa, o cargo que ocupa entendemos que se sobrepõe, porque entendemos que é uma questão de interesse público, a Mesa considera que ele poderá votar, senão for entendimento do outro lado há sempre a oportunidade de contestar. -----

-----Senhor José Francisco Marcos Carrasco pode proceder à votação. ----

-----Podemos proceder ao escrutínio, chamava os dois Líderes para que fiscalizem e os dois secretários da Mesa irão proceder ao escrutínio com a coadjuvação dos dois Líderes Parlamentares. -----

-----Aproveito este momento para informar que, nós estamos a rever o regimento, estamos a introduzir alguns procedimentos que se atualizam aos contextos atuais, estamos a fazer uma série de alterações, entre elas que é o direito de realçar aqui aos presentes e ao público que esta sessão não pode ser gravada, nem pode ser usado o seu conteúdo que é punível por Lei, é só um alerta , é uma questão que depois virá a constar em alerta no respetivo Regimento. -----

-----Resultado da votação: Lista A – 21 (vinte e um) votos e Lista B – 18 (dezoito) votos. -----

-----Ganhou a Lista A por maioria, o Presidente de Junta que irá representar esta Assembleia no Conselho Cinegético e da Conservação da Fauna Municipal é o Senhor António Amálio Oliveira. -----

-----De seguida entramos no ponto **2.14 – Designação de 1 (um) membro da Assembleia Municipal para a Comissão Consultiva de acompanhamento do processo da revisão do PDM de Mogadouro bem como a respetiva delegação ou subdelegação dos poderes adequados para os efeitos de vinculação da Assembleia Municipal - Análise e deliberação.**

-----Temos uma proposta apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD, que indica o nome de Ana Cristina Preto Fernandes. -----

-----Tendo sido apresentada só uma proposta e à semelhança do penúltimo ponto apresento novamente a proposta de se poder proceder à votação por dedo no ar. -----

-----Aprovada por unanimidade. -----

-----Coloco o ponto 2.14 a votação. -----

-----Aprovado por unanimidade. -----

-----Passamos ao ponto **2.15 – Relatório nº 5/2022 – Audit 2ª s – Auditoria ao Financiamento pelos Municípios de Corpos e Associações de Bombeiros – Relatório Global – Para conhecimento.** -----

-----É um relatório que envolveu vários Municípios incluindo o de Mogadouro, foi emitido este relatório que já tiveram conhecimento prévio antes até da convocatória desta reunião, neste momento el foi só apresentado para conhecimento, no entanto se alguém quiser pronunciar-se tem oportunidade de intervir. Não havendo intenção de se pronunciarem passamos ao ponto **2.16 – Relatório de Observância do Direito de Oposição – Para conhecimento.** -----

“a Câmara Municipal enquanto responsável por cumprir a Lei da oposição tem que obrigatoriamente dar conhecimento ao titular da oposição de um relatório de observância dessa Lei, foi assim que o fez, deu conhecimento aos titulares da oposição e deu conhecimento também à Assembleia, embora não sendo obrigada, também o fez. Ele pode ser analisado e discutido, mas quando evocado pelo titular do direito da oposição ou pela Câmara. Neste caso foi só para dar conhecimento uma vez que o titular da oposição não usou desse direito. É um ponto que não estavam habituados a que fosse aqui apresentado, a maioria dos Municípios não o apresenta, mas nós entendemos que deveria ser apresentado porque a Lei assim o obriga. --

-----Seguimos para o ponto **2.17 - Mapa de apoio à criação de emprego – Para conhecimento.** -----

-----Este ponto também é para conhecimento. -----

-----Se alguém deseja intervir tem aqui oportunidade. -----

-----Não havendo intenção de intervir passamos para o ponto **2.18 - Mapa de cedência das máquinas no concelho – Para conhecimento.** -----



-----Alguém deseja pronunciar-se? -----

-----Não querendo passamos para o ponto **2.19 - Compromissos plurianuais – autorização prévia no âmbito da lei dos compromissos – Para conhecimento.** -----

-----Alguém se quer pronunciar? -----

-----Não havendo intervenções passamos para o último ponto da ordem de trabalhos. -----

-----**3 - Outros Assuntos** -----

► **JORGE DIAS** interveio e disse: “vou ser rápido porque a hora já está tardia. -----

-----1- considero uma falta de respeito as pessoas abandonarem a Assembleia antes de acabar a Assembleia, sempre considereei uma falta de respeito. -----

-----2- Também não tolero lambe-botas, nunca tolerei, é o meu feitio, aquilo que é, é, aquilo que não é, não é, e agora vamos aos factos da primeira votação, no 2.3 e no 2.4, os vossos resultados apontavam (**neste momento houve diálogo no auditório e tornou-se impossível a transcrição**) -----

-----O Senhor Presidente da Assembleia interrompeu e disse: isto era uma questão que devia ser levantada na altura e neste momento fazer uma retrospectiva àquele momento torna-se difícil. Neste momento está ultrapassado, é uma questão que está encerrada, não vou dar mais direito de debater este assunto. Esta Mesa e esta Assembleia está sempre aberta a que algum erro seja repostado, mas não interfere no sentido do resultado da votação. Entendo que o papel das lideranças é no momento alertar para alguma situação e não à posteriori”. -----

► **PRESIDENTE DA CÂMARA** interveio e disse: “eu peço desculpa, mas é só para prestar mais informação que me passou ao lado sobre algumas informações que eu acho relevantes e por outro lado também para lhes dizer a todos que se encontra ali um livro para oferecer a cada um de vós, que é sobre os congressos Transmontanos, que foram adquiridos no âmbito da CIM, a nós couberam-nos salvo erro 50 e eu entendo que os primeiros destinatários devem ser os membros desta Assembleia, acho um livro interessante, reflete sobre o distrito. -----

-----A título de informação dizer que a partir de 29 de dezembro de 2021 foram concedidos apoio à criação de emprego, foram despachados e deferidos 43 processos, apoios à natalidade 22, apoios ao pagamento de creches, amas sociais, infantários e ATL, apresentaram-se 141 pedidos, dos quais setenta e tal já foram aprovados em reunião de Câmara e os outros até

ao final deste mês serão despachados pela Vereadora com competências delegadas, também apoios à medicação mediante o regulamento em vigor, foram concedidos quarenta e oito apoios. -----

-----Depois à saída recolhem um livro cada um, aproveitem para o ler durante as noites, ou quando entenderem. -----

-----Acabei de receber um pedido via mensagem agora e Presidindo Mogadouro à Cogestão do Parque queria convidar todos os Membros desta Assembleia a participar na sessão pública de apresentação do modelo de Cogestão do Parque Natural do Douro Internacional no dia 6 de maio pelas quinze horas no Centro Interpretativo do Mundo Rural. -----

-----A Carla sendo secretária técnica da associação, lembrou-me agora por mensagem e eu sendo Presidente, agradecemos a presença daqueles que puderam participar porque não pensem que é menos importante, porque ainda ontem tive conhecimento que saiu uma espécie de regulamento adicional aos que já existem em que mereceu oposição forte e vai merecer das CIM's, porque vai digamos, de um modo abrupto ainda, condicionar, ou propõe-se condicionar ainda mais a construção dentro da área do Parque, de maneira que já ontem em Moncorvo tive a oportunidade com os meus colegas de falarmos sobre isto, segundo eles me transmitiram ao sobrepor os mapas cria muitas zonas muito mais condicionadas que o atual regulamento, de maneira que é bom que participem porque a Comissão de Cogestão do Parque é onde está refletido o poder das autarquias e cada vez mais as autarquias, pelo menos as quatro que constituem esta área do parque, têm que se fazer ouvir". -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu por encerrado este ponto dando de seguida a palavra ao primeiro Secretário da Mesa para que procedesse à leitura da ata em minuta. -----

-----O primeiro secretário da Mesa, Ilídio Granjo Vaz, procedeu à leitura da minuta da ata da presente sessão. -----

-----Finda a leitura da ata o senhor presidente da Assembleia pôs à votação a ata em minuta, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a fim de que tudo o que foi tratado na sessão se tornasse executório imediatamente, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade. -----

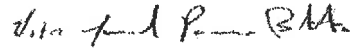
-----Às catorze horas e trinta minutos o Presidente da Mesa deu por encerrados os trabalhos, do que, para constar, se lavrou a presente ata que eu, Maria Isabel Sarmiento Martins Preto, funcionária de apoio administrativo à Assembleia Municipal redigi e subscrevi. -----

A funcionária de apoio,



(Maria Isabel Sarmiento Martins Preto)

O Presidente da Assembleia Municipal,



(Vítor Manuel Parreira Batista)

1)Esta ata é constituída por 22 790 palavras, distribuídas por 59 páginas e 2.154 linhas.

